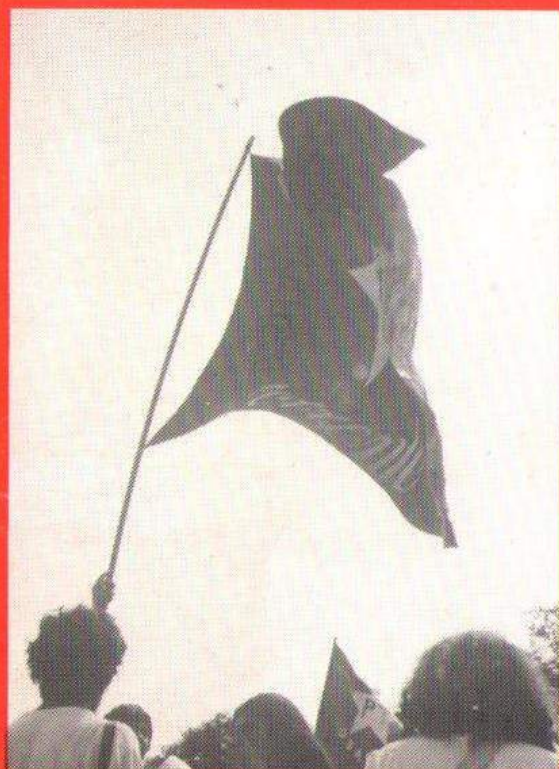


*Cadernos*

# **DEMOCRACIA SOCIALISTA**



## **TESES**



**A construção do PT  
como partido revolucionário**

**O movimento de  
mulheres no Brasil**



*Cadernos*

# DEMOCRACIA SOCIALISTA



## TESES



A construção do PT  
como partido revolucionário

O movimento de  
mulheres no Brasil



## Apresentação

Os dois textos que apresentamos neste caderno para conhecimento e debate dos companheiros petistas foram aprovados na Conferência Nacional da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores. Eles abarcam dois temas fundamentais: "A construção do PT como partido revolucionário" e "A construção do movimento de mulheres no Brasil".

Os desafios da construção do PT resumem e concentram os desafios da luta pela revolução hoje no Brasil. Seus avanços e limites delimitam o horizonte da prática do movimento operário e popular. Isto porque o PT conquistou a posição duradoura de principal referência socialista de massas, já agrupa a esmagadora maioria dos revolucionários brasileiros:

A tese "A construção do PT como partido revolucionário" representa a acumulação teórica de uma corrente que constrói o PT desde sua origem. Analisando os avanços e limites das resoluções aprovadas no V Encontro Nacional do PT, ela propõe um campo comum de tarefas para conquistar em perfil revolucionário para o PT.

O primeiro capítulo da tese sintetiza a nossa visão sobre o lugar do PT à luz da história do movimento

operário internacional. O segundo capítulo é uma crítica condensada àquelas correntes que se apóiam em uma interpretação estreita do leninismo para se contrapor à concepção que defendemos de transformação do PT em um partido revolucionário.

O terceiro capítulo, o mais longo, é uma avaliação das recentes transformações por que têm passado as tendências que formam o PT e, em particular, a corrente hoje majoritária. É um registro de convergências e divergências, um roteiro para um diálogo fraterno que temos mantido com todas as correntes do partido.

O quarto e quinto capítulos resumem as conclusões sobre a etapa atual de construção do PT. O sexto trata da relação entre a DS e as demais correntes do PT. O sétimo capítulo, enfim, procura apreender o essencial do que mudou na nossa avaliação do PT. Segue toda uma segunda parte que procura extrair conseqüências políticas e organizativas para a tendência DS do balanço político da construção do PT.

A tese "A construção do movimento de mulheres no Brasil" é uma reflexão sobre um tema — ao mesmo tempo vital para a revolução socialista e ainda tão pouco de-



envolvido pelo Partido dos Trabalhadores. Ela analisa a situação atual da mulher na sociedade brasileira e a política do Estado frente às mulheres. Discute os problemas do movimento de mulheres no Brasil e suas relações com o movimento sindical. Finalmente, propõe diretrizes básicas para a atuação do PT. A tese é parte de nosso esforço para que

o PT incorpore como uma das questões centrais de seu programa, de sua estratégia, de sua militância, a luta contra a opressão, a violência e a discriminação que pesam sobre as mulheres.

Tendência Democracia Socialista  
Setembro de 1988

## 1 — O Partido Revolucionário e o PT

### a) Nosso objetivo é construir o partido da revolução brasileira

Queremos construir um partido capaz de dirigir a revolução brasileira.

A revolução terá de ser, obrigatoriamente, um processo de massas, a entrada das massas organizadas na cena política, seu enfrentamento com o Estado burguês, a construção de um novo poder político a partir dos órgãos criados pela auto-organização dos trabalhadores. Para dirigir um tal processo um partido deve ter ampla influência de massas, deve ser, neste sentido, um partido de massas. Desde antes de se colocar a luta pela tomada do poder na ordem do dia, o partido revolucionário deverá ter a capacidade de tomar iniciativas que tenham ampla repercussão na luta de classes: campanhas, mobilizações, greves, lutas em geral. O caráter de partido de massas, portanto, é uma necessidade desde antes da crise revolucionária.

Tanto a revolução socialista quanto as lutas atuais necessitam de um partido capaz de dirigir o movimento de massas. Por isso, o partido que queremos construir deve ser um partido de combate. Deve ser capaz de enfrentar a centralização do Estado burguês com a sua própria capacidade de centralizar as lutas do movimento operário e popular, nas lutas atuais e mais ainda para a tomada do poder.

Esta capacidade de um partido revolucionário exige que ele reúna o setor mais avançado da classe operária (e de camadas populares), que ele se delimite do conjunto da classe. O partido revolucionário é um partido de vanguarda. Não se forma pelo movimento espontâneo da classe, mas exige um esforço consciente, obstinado, neste sentido. Um partido revolucionário deve se basear em indivíduos que se dispõem a subordinar sua vida à colaboração organizada com outros que partilham os mesmos fins e objetivos revolucionários; indivíduos que procuram adquirir o domínio da ciência (e da arte) da luta política para poderem formar um partido que seja uma direção revolucionária. A coluna vertebral de um partido revolucionário deve ser formada por "revolucionários profissionais".

A capacidade de direção centralizada das lutas, de enfrentamento com o Estado burguês, exige que um partido revolucionário seja regido pelo centralismo democrático: a combinação de uma ampla democracia interna, de uma total liberdade de discussão, com a mais completa unidade na ação.

Esta capacidade de centralização exige também uma "compreensão comum dos acontecimentos e das tarefas" que é dada por um programa, que deve resumir a experiência histórica da luta proletária, mundial e no próprio país, deve possibilitar uma compreensão de conjunto da sociedade brasileira (e latino-americana e internacional) e do curso estratégico da revolução brasileira.

Finalmente, um partido revolucionário deve ter a clara consciência do caráter internacional da luta de classes, do alcance e da imbrincação internacionais da revolução brasileira, da inviabilidade de construir o socialismo em um só país; deve ser um partido internacionalista, parte de uma Internacional Comunista de Massas.



A grande referência histórica de um partido como o que queremos construir é a do Partido Bolchevique (Comunista), dirigente da Revolução Russa e do esforço da III Internacional (a Internacional Comunista) nos seus cinco primeiros anos para construir partidos comunistas revolucionários de massas.

No entanto, temos de construir um partido revolucionário semelhante ao Partido Bolchevique ou aos Partidos Comunistas dos primeiros anos da III Internacional em uma situação histórica fundamentalmente diferente, a nível internacional, e nas condições concretas do Brasil.

#### b) O significado da formação do PT

O ponto de partida para compreendermos a importância decisiva, histórica, da formação do PT, é constatar que, por todo um período histórico, e na grande maioria dos países, não têm existido partidos revolucionários de massas. Este fato deve ser compreendido a partir da evolução sofrida primeiro pela II Internacional e depois pela III Internacional.

A II Internacional, formada a partir do fim do século passado, representou a primeira experiência de partidos de massa com uma orientação, pelo menos em geral, marxista e revolucionária. Até 1914, reuniu a totalidade dos marxistas, e grande maioria do movimento operário organizado. Era o partido indiscutível da classe operária. Mas ela não foi capaz de manter este caráter. Vivendo durante décadas em uma situação de prosperidade do capitalismo em países imperialistas, seus partidos acostumaram-se a obter progressivamente conquistas econômicas e políticas para a classe operária. Grande parte de sua direção, do seu aparelho, foram sendo progressivamente integrados aos estados burgueses. Com o início da Guerra Mundial de 1914, ficou claro que a maioria da II Internacional deixara de ser uma organização revolucionária para se transformar em uma organização reformista: cada partido social-democrata (como eram chamados os seus partidos) aliou-se à burguesia de seu próprio país, traiu os laços internacionais proletários.

Foi a razão para que Lênin (ao lado de outros dirigentes revolucionários) proclamasse a morte da II Internacional como partido revolucionário, sua falência política, e iniciasse um movimento de reagrupamento dos marxistas que haviam mantido posições internacionalistas e revolucionárias. Foi o caminho que conduziu (depois da vitória da revolução russa) à III Internacional.

Criada depois da vitória da revolução russa, reunindo a esquerda dos antigos partidos da II Internacional, mas valendo-se sobretudo do prestígio conquistado pelos bolcheviques com a vitória, da esperança que a revolução russa despertou, a III Internacional teria obrigatoriamente a sua sorte ligada à revolução russa. E foi a degeneração burocrática da revolução russa que levou à destruição da III Internacional: sua morte como partido revolucionário foi comprovada em 1933, quando propiciou, sem luta e sem nenhuma reflexão auto-crítica posterior, a subida de Hitler ao poder na Alemanha, país que possuía o movimento operário mais poderoso do mundo.

Depois deste duplo processo (burocratização da II e da III Internacionais) foram consolidadas duas correntes reformistas no interior do movimento operário:

a social-democracia (da II Internacional) e o stalinismo (da III Internacional burocratizada). Todas as duas institucionalizaram práticas de colaboração de classes e conciliação no movimento operário. Com estilos diferentes e em graus variados, opõem-se à revolução proletária.

Estas duas correntes contribuíram para um sem número de derrotas da classe trabalhadora, inclusive a mais sangrenta e terrível, a ascensão do nazismo. Estas derrotas — às quais é preciso acrescentar a de maior importância histórica, a expropriação política do proletariado soviético pela burocracia com a consolidação do stalinismo — tiveram um efeito devastador sobre o nível de consciência das massas, em especial na sua confiança no futuro socialista (confundido, ademais, com a opressão vivida pelos trabalhadores na URSS). E se houve desde a década de 30 revoluções socialistas vitoriosas, da chinesa à nicaraguense, isto ocorreu apesar da orientação e vontade da direção soviética.

Em diversos países, entre os quais se inclui o Brasil, além das correntes reformistas do movimento operário, ainda tiveram uma importância enorme correntes burguesas populistas com base de massas (PTB brasileiro, peronismo argentino, PRI mexicano, APRA peruano). A força do populismo tinha como consequência clara: a maioria da classe operária não tinha sequer um partido próprio e se prendia ao jogo, à disputa política entre os vários partidos burgueses.

Em resumo, produziu-se uma situação de crise histórica da direção revolucionária, isto é, a ausência de partidos revolucionários capazes de dirigir as massas, e uma situação de enorme dificuldade para a superação desta crise. O esforço a nível internacional para superar esta situação, desenvolvido pela IV Internacional (que luta pela construção de uma nova Internacional Revolucionária de Massas), ainda não foi capaz de impulsionar um avanço decisivo nesta direção.

Quando se iniciou a construção do PT em 1979, não havia no Brasil nenhum partido operário significativo. A grande maioria dos trabalhadores era levada a se identificar no plano político com partidos burgueses, com o MDB. Havia, além de organizações reformistas que se consideravam partidos (o PCB e o PC do B), uma série de organizações, grupos e círculos revolucionários, militantes sindicais classistas, mas a fragmentação e a debilidade dos diversos grupos impedia que fossem uma referência importante para o movimento operário e popular.

Assim, o PT representou um passo à frente fundamental, histórico, para o proletariado brasileiro. Representa um esforço dos setores fundamentais da vanguarda do movimento operário e popular no sentido de construir um partido político próprio dos trabalhadores, com uma política própria. É um avanço decisivo no movimento de busca da independência política de classe dos trabalhadores brasileiros. É a referência política fundamental para os setores classistas do movimento operário e popular. Além disso, o PT abarca também a totalidade das organizações de esquerda que se colocam, com um mínimo de consequência, no campo da revolução.

A importância da existência do PT tem sido sempre confirmada. No processo de superação da ditadura militar para um novo regime controlado pela burguesia, a "Nova República", é a existência do PT que está garantindo um pólo



político não subordinado a esta transição burguesa, oposto à conciliação de classes, que mantém a defesa dos interesses dos trabalhadores e de todos os setores populares.

A existência do PT teve um papel de primeiro plano na fundação da CUT. Esta, por outro lado, materializa o esforço do proletariado para conquistar sua independência de classe também no plano sindical e, portanto, fortalece também o PT.

Assim, podemos afirmar que o PT tem sido até agora o principal resultado do desenvolvimento da luta da classe operária no período aberto em 1978.

Além disso, o PT já se constitui hoje numa referência fora do Brasil, como partido operário independente, como partido à esquerda dos tradicionais PCs. O PT pode cumprir um papel importante na recomposição do movimento operário a nível internacional. Na medida em que assimile mais plenamente o internacionalismo, pode ser um dos eixos da formação de uma nova Internacional revolucionária de massas.

c) Foi com esta compreensão que definimos como primeiro elemento de nossa estratégia de construção de um partido revolucionário no Brasil a construção do PT.

Por outro lado, colocamos como segundo elemento básico da nossa política a construção de uma corrente organizada marxista-revolucionária. Sublinhamos que a construção de um partido revolucionário exige uma intervenção consciente neste sentido. Esta idéia vem sendo confirmada, inclusive com a adoção, por parte do setor majoritário na direção do PT, de uma visão semelhante (no sentido de construir uma corrente organizada no interior do partido para lutar pela sua transformação).

## 2 — O processo de construção de partidos revolucionários: exemplos históricos

Grande parte da vanguarda marxista formada sob influência do stalinismo, inclusive a que realizou uma ruptura mais profunda com ele, adquiriu uma visão estreita do leninismo, e a partir daí do processo de construção de um partido revolucionário. Esta visão pode ser resumida na idéia de que um pequeno núcleo de vanguarda pode chegar a construir um partido capaz de dirigir um processo revolucionário se for capaz de ter um programa correto, e de ir agregando um a um novos militantes.

Mas na verdade esta idéia não está de acordo com o processo de formação de nenhum partido revolucionário significativo, e muito menos com o processo de formação do próprio Partido Bolchevique.

Já o grupo de Plekhanov, "Emancipação do Trabalho", pioneiro na introdução do marxismo na Rússia, encontrou por todo o país dezenas de iniciativas semi-espontâneas no sentido da construção de um partido operário. E mesmo depois continuaram a existir iniciativas isoladas: Trotsky, por exemplo, quando ainda estava acabando de aderir ao marxismo, construiu sem nenhuma conexão

maior com o restante do nascente movimento operário social-democrata russo de então a "União Operária da Rússia Meridional", na região de Nicolaiev. O processo de construção do Partido Operário Social Democrata Russo, primeiro partido marxista do país, foi em grande parte um processo de centralização de grupos pré-existentes, e de luta pela sua homogeneização política (depois da divisão entre mencheviques e bolcheviques, este processo se deu fundamentalmente a nível da fração bolchevique, embora até 1912-1914, quando ocorreu a cisão definitiva em dois partidos, Lênin ainda lutasse pela unidade de todo o partido).

Logo, o partido bolchevique foi formado a partir de uma fração dentro do POSDR, através de um esforço de centralização e de clarificação programática. Além disso, embora na maior parte do tempo a clandestinidade rigorosa obrigasse a um extremo cuidado no recrutamento, nas épocas em que houve condições para isto, como no período das revoluções de 1905 e 1917, Lênin virtualmente abriu o partido para que fosse integrado por toda uma vanguarda proletária emergente.

Depois, os partidos da III Internacional foram formados de duas maneiras básicas. Nos países onde já havia grandes partidos social-democratas de massas, foram formados pela aglutinação da ala esquerda destes partidos, da ala que se identificou com a revolução russa. Nos países onde não havia partidos social-democratas expressivos (em geral, fora da Europa), os partidos comunistas foram formados reunindo rapidamente militantes de origem diversa que se identificavam com a revolução russa.

E nos seus primeiros anos a III Internacional e seus partidos tinham uma extrema diversidade de composição — reunia anarco-sindicalistas, social-democratas de esquerda, conselhistas, anti-parlamentaristas, muitos militantes de origem anarquista, além, naturalmente, dos setores mais propriamente leninistas. A centralização maior, e a maior homogeneização política, vieram depois — e aliás, em grande parte já no período em que começou a burocratização da III Internacional, com a campanha dita da "bolchevização" lançada no V Congresso Mundial, e com a stalinização posterior.

Se tomamos os partidos revolucionários que se formaram fora da III Internacional e dirigiram revoluções vitoriosas — o "Movimento 26 de Julho" cubano, a Frente Sandinista — a distância do suposto "modelo leninista" é ainda maior. O "Movimento 26 de Julho", como seu nome indica, não era um partido, e nem era marxista — a formação de um partido marxista (não considerando o antigo partido stalinista que não teve papel dirigente na revolução) veio depois da revolução. A Frente Sandinista, além de também não se reivindicar um partido leninista, foi na maior parte do tempo a junção de três "tendências" (na verdade, frações públicas que eram quase partidos distintos) com posições bastante diferentes até 1979.

Ou seja: nem Lênin, nem nenhum partido revolucionário vitorioso praticou o método de juntar um pequeno grupo com unidade teórica, ideológica, política, e depois ir ganhando militantes um a um. Mais ainda: os processos vitoriosos de construção de partidos revolucionários sempre souberam levar em conta as particularidades nacionais, as condições concretas de cada país, a forma de radicalização de sua vanguarda etc. São processos complexos, diferenciados.



Lênin foi responsável por um grande avanço na teoria do partido revolucionário, por uma verdadeira revolução no pensamento a respeito. Mas sua teoria define apenas as características essenciais (gerais) que deve ter um partido revolucionário, não seus métodos de construção, que dependem de condições históricas gerais e das condições particulares de cada país. Os partidos não nascem prontos. Portanto, não há nem poderia haver nada na concepção leninista que se contraponha à concepção que defendemos de transformação do PT em um partido marxista-revolucionário.

Naturalmente, esta noção de que a construção de um partido revolucionário passa por processos diferenciados (e complexos) de recomposição da vanguarda — saltos de consciência, fusões, rupturas — não é contraditória com a idéia da necessidade de um processo persistente, rigoroso e acumulativo de formação de quadros marxistas e consagrados integralmente à revolução. Negar uma visão linear de construção do partido não se confunde com a adoção de qualquer concepção espontaneísta no plano da organização partidária que é, essencialmente, um processo de construção consciente.

### 3 — A recomposição no interior do PT

Está em curso um amplo processo de mudanças nas posições dos vários setores que integram o PT, de realinhamentos, de formação de novos agrupamentos, e de entrada de novos setores no partido. Podemos apontar como causas destas mudanças o crescimento do próprio PT, seu reforço como principal partido da esquerda brasileira, a necessidade de enfrentar novos desafios, diante do curso da transição conservadora; por outro lado, a radicalização de um amplo setor da vanguarda operária e popular, a partir das experiências da luta de classes; e finalmente, a reflexão do conjunto da militância sobre as perspectivas e as tarefas de construção de um partido revolucionário hoje. Com relação às novas entradas, a razão principal é naturalmente o reforço do PT e a crise de outros projetos de partidos socialistas, como o PCB e o PC do B.

Diante deste quadro, é necessário reexaminar as análises sobre as várias correntes e setores do PT.

#### a) A evolução do núcleo dirigente do PT e a formação da "Corrente"

Uma novidade extremamente importante é o início de organização de uma nova articulação do núcleo dirigente do PT, em torno do Lula: a chamada "Corrente".

Esta corrente, que aparece explicitamente como uma redução da antiga "articulação dos 113" com o objetivo de constituir um agrupamento politicamente mais definido, está sendo formada em torno do Lula e dos sindicalistas mais próximos a ele, dos setores marxistas mais identificados com o castrismo, além de outros quadros marxistas, e de alguns setores da Igreja. Em meados de 1987, foram incorporados na "Corrente" os militantes originários do grupo "O Trabalho" que optaram pela dissolução da sua antiga organização.

Deixam de participar da "Corrente", e que eram antes membros da "Articulação dos 113":

— o setor liderado pelos deputados Eduardo Jorge e Roberto Gouveia, de São Paulo, que tem um trabalho muito implantado na Zona Leste de São Paulo, e que optou por constituir uma articulação própria, "Poder Popular e Socialismo". Este setor era claramente situado na esquerda dos "113", e continuará à esquerda da "Corrente";

— o setor com tendência a uma social-democracia de esquerda, como o antigo Secretário Geral, Francisco Weffort;

— o setor da Igreja também próximo a posições social-democratas de esquerda, liderado pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio;

— setores mais à esquerda dentro das correntes da Igreja, como o da Pastoral Operária de São Paulo (Waldemar Rossi, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas);

— setores mais caracterizados por lideranças individuais, sem uma posição política muito definida, como em São Paulo os setores liderados pela deputada Irma Passoni e o liderado por José Mentor (ambos caracterizados pela "Corrente" como representando posições mais atrasadas ou oportunistas).

O centro da organização da "Corrente" vem sendo, claramente, o Instituto Cajamar. Esta iniciativa de constituir um centro de formação política foi sem dúvida pensada como parte do esforço de construir uma hegemonia no PT com base mais política, formando quadros a partir de uma linha mais definida, e a "Corrente" é a iniciativa complementar nesta direção. As ambigüidades do Instituto Cajamar (apresentado ora como algo do PT, ora como coisa totalmente independente, às vezes anunciado como uma iniciativa aberta, mas na prática até agora sob um controle restrito) se relacionam inclusive, de forma muito direta, com ambigüidades da "Corrente", ora apresentada como uma corrente do PT, ora confundida com o verdadeiro PT.

A forma que assumirá a "Corrente" ainda não está clara. O esforço de construir uma corrente delimitada politicamente e organizada é contrarrestado por três fatores: a dificuldade de funcionar com base no centralismo democrático, inclusive ao nível da própria "Corrente" (ela parece se estruturar muito mais com base em um tipo de centralização a partir dos chefes, ou do núcleo dirigente, com relações pouco claras entre a base que o apoia e os dirigentes); a necessidade de manter uma maioria segura no partido (que vai no sentido oposto do esforço de delimitação e depuração a partir de uma base política definida); a intensa luta interna no seu interior, com um setor com grande peso contrário tanto à existência do direito de tendência permanente do partido, quanto contrário consequentemente à constituição da própria "Corrente" como corrente permanente e centralizada.

Até agora a "Corrente" ainda é uma reunião de grupos com posições distintas, que mantém um grau de disputa às vezes até aberta entre si, no PT e no movimento sindical, tanto em termos de posições políticas quanto de espaço em Diretórios, etc. Sua coesão é dada pelo peso da direção nacional, sobretudo pelo Lula.

Uma avaliação política da "Corrente" deve ser feita levando em conta os tex-



tos básicos aprovados por ela, que serviram de base (com modificações variadas por estados) para a sua intervenção nos Encontros estaduais de 1987, e pela sua prática recente, particularmente no V Encontro Nacional.

De acordo com os textos básicos (publicados em um caderno pela "Corrente" no Rio grande do Sul com o título de "Teses Nacionais-Articulação") as posições assumidas pela "Corrente" são muito positivas, assinalando uma importante evolução à esquerda com relação ao que eram os "113".

O texto que se destaca é o de linha sindical do PT (elaborado por Aloizio Mercadante, Luis Gushiken e Vito Letizia — os dois últimos ex-lambertistas, que afastaram-se da organização lambertista já há algum tempo). O eixo do texto é definir o que é o "sindicalismo classista", e o centro da colocação é: "independência em relação à burguesia e ao estado burguês; democracia operária nos sindicatos. Esta é uma questão vital. Sem democracia interna não há sindicalismo de classe". Estas frases, e o conjunto do texto, na verdade, inspiram-se claramente nas posições de Trotsky que encontramos nos "Escritos sobre Sindacato", publicados pela Editora Kairós, e nas discussões de Trotsky com membros do SWP norte-americano sobre o Programa de Transição, publicadas em "Marx-Engels-Lênin-Trotsky, A questão do partido", também publicado pela Editora Kairós. Não é por acaso que Gushiken e Letizia são ex-lambertistas, isto é, têm formação "trotskista". Além do fato, já significativo — a clara influência das formulações de Trotsky —, o texto é muito bom, e nosso acordo com ele pode ser considerado quase total.

Também o texto de política de alianças reflete um avanço importante. Seu eixo é propor por um lado a "frente única classista" com os "partidos e organizações que se dizem socialistas" — proposta formulada dentro do espírito da "frente única operária" do III e do IV Congresso da Internacional Comunista, e por outro a "frente democrática popular", que trata da aliança da classe operária com outras classes sociais — "principalmente as camadas médias e os pequenos produtores e proprietários" que devem ser integrados dentro do "projeto socialista".

Esta formulação é próxima à nossa concepção de "bloco operário e popular", mas com diferenças importantes, que começam com o nome. Certamente fala-se de "frente democrática e popular" e não "operária e popular" para dar mais ênfase à necessidade de aliança do proletariado e das camadas médias, e para tornar a proposta mais aceitável ao conjunto destas camadas, na medida em que a marca de classe é diluída pela não inclusão da palavra "operária". Mas isto implica, do nosso ponto de vista, em dois problemas — dar uma idéia de uma aliança do proletariado com o conjunto das camadas médias, pensadas como um bloco (na realidade, são muito diferenciadas, com setores próximos ao proletariado e outros mais identificados com a burguesia) e, sobretudo, colocar num segundo plano a questão da necessidade da hegemonia do proletariado. Nossa concepção não é propriamente de aliança do proletariado com as camadas médias, embora isto faça parte; é de unificação do proletariado e de sua colocação à frente das camadas populares, como "caudilho da nação oprimida".

Observações semelhantes devem ser feitas com relação às idéias de "governo democrático e popular" e "programa democrático e popular". Têm proximidade

e ao mesmo tempo diferenças importantes das nossas concepções de "governo dos trabalhadores" ou "governo operário e popular" e "programa de transição". Aqui, além da questão já mencionada da "Corrente" adiluir a hegemonia do proletariado na frente, as formulações da "Corrente" deixam abertas a possibilidade de que o "governo democrático e popular" signifique algo como uma "etapa democrática e popular" — não fica claro que um tal governo, que aplique tal programa, marca na verdade o início da transição ao socialismo (como ocorre com a nossa concepção).

Assim, uma interpretação etapista fica clara por exemplo na proposta de programa para a candidatura do Lula à presidência, "Pelo Brasil que a gente quer", que é apoiada por diversos membros de articulação majoritária do PT, e que serve de base para colocação de diversos companheiros da "Corrente".

Por outro lado, aparece no texto sobre política de alianças uma idéia significativa e importante: a de que nosso programa deve "assumir as lutas contra a dominação e a opressão dos menores, das mulheres, dos negros."

O texto sobre a luta pelo socialismo centra-se na afirmação de que a conquista do socialismo só se deu por "via revolucionária", seja através da tática da insurreição, seja pela tática da guerra revolucionária, seja ainda por uma tática que combinava formas variadas de lutas revolucionárias", por um lado, e por outro na necessidade de incorporar as camadas médias no processo de construção do socialismo. Outra vez, embora correta, a preocupação com as camadas médias parece exagerada. Além disso, há nos vários textos algumas afirmações sobre a democracia no socialismo muito positivas. No texto sobre sindicatos a defesa da autonomia dos sindicatos no socialismo — nós falaríamos, naturalmente, da autonomia dos sindicatos no período de construção do socialismo. No texto sobre alianças a afirmação de que "repudiamos a concepção nefasta a autoridade de que a classe trabalhadora só é representada ou só "tem" um partido... nos reivindicamos como um dos partidos que lutam pela organização histórica e classista os trabalhadores, pela sua auto-organização política e sindical...". No texto sobre socialismo a idéia de "vários partidos e diversas organizações da sociedade civil no socialismo". Mas há também uma afirmação de que a "permanência de diferentes classes e camadas sociais no processo de construção socialista... coloca para nós a necessidade de reconhecer a existência de diferentes expressões políticas na sociedade socialista". Aqui aparece a clássica idéia estalinista de que cada classe social tem o seu partido, e que portanto partidos distintos representam classes diferentes. Podemos avaliar que, embora haja preocupações excelentes com a democracia socialista, há divergências a esse respeito entre os membros da "Corrente". Isto é reforçado pelo fato de que tendem a considerar socialistas países como a URSS e os países do leste europeu.

Outra novidade decisiva é o texto sobre a construção do PT hoje. A "Corrente" assimilou algumas idéias que defendemos há muito, como por exemplo que o PT deve ser um partido revolucionário, que isto significa ser um partido de massas e de vanguarda.

Estes textos da "Corrente" foram propostos para o Encontro Estadual de São Paulo com partes resumidas e algumas modificações; o resumo levou ao corte da



maioria das afirmações mais positivas sobre a democracia no socialismo que citamos acima e também da ênfase na questão da democracia interna dos sindicatos. Contudo, no Encontro de São Paulo propusemos várias emendas que reestabeleciam estas idéias, e foram aprovadas. Também foram incorporadas emendas propostas por nós (em aliança com outros setores) que precisavam melhor questões como a necessidade da luta pela hegemonia operária. Foi este texto emendado que foi apresentado pela "Corrente" (ou "articulação") no V Encontro Nacional, sendo aprovado com poucas emendas adicionais. (O maior problema ocorreu na discussão da questão do direito de tendência e na proporcionalidade nas Executivas, que comentaremos depois).

Se acrescentamos a estas posições o tipo de formação marxista que vem sendo dada no Instituto Cajamar, que é o centro formador da "Corrente", chegamos à conclusão de que estamos diante de uma mudança significativa no núcleo dirigente do PT, com a assimilação de um peso muito maior do marxismo, com uma clara evolução à esquerda, pelo menos no que diz respeito às formulações políticas.

Isto não é uma surpresa completa para nós que já havíamos identificado em 1986 o peso importante que quadros marxistas, principalmente identificados com o castrismo, tinham na "articulação dos 113"; e havíamos também destacado o caráter à esquerda das posições defendidas pela articulação majoritária no IV Encontro Nacional do PT, tanto nos textos escritos quanto na apresentação oral feita por José Dirceu (conforme EM TEMPO nº 209). Mas o peso de posições marxistas, no grau que encontramos agora, são sem dúvida novidades.

Contudo, muito mais complicada é a análise do reflexo destas posições na prática dos membros da "Corrente", e de aspectos de método de intervenção política, de relação com outras correntes, que são também questões políticas centrais; e de problemas na concepção de partido revelados no V Encontro Nacional.

As ambiguidades da compreensão da democracia por parte da "Corrente" ficaram mais claras no V Encontro Nacional, na discussão do direito de tendência e da proporcionalidade nas Executivas.

A grande maioria dos Encontros Estaduais havia aprovado tanto regulamentações do direito de tendência positivas (a grande exceção sendo a proposta aprovada em São Paulo) quanto a proporcionalidade nas Executivas, inclusive na Executiva Nacional (nesta questão, inclusive em São Paulo).

Contudo, às vésperas do V Encontro, a Executiva Nacional encaminhou contra estas duas questões, argumentando fundamentalmente com a existência de "partidos dentro do partido" (generalizando de forma absurdamente abusiva esta caracterização, já em geral discutível). Na prática, a proposta da Executiva Nacional reduzia o "direito de tendência" à existência de agrupamentos eventuais (alguns membros da Executiva Nacional deixaram inclusive claro que não aceitavam o direito de tendência, preferindo falar em direito de divergência). Numa discussão tensa, estas propostas foram referendadas pelo Diretório Na-

cional. No Encontro, as discussões no interior da "Corrente" (ou da "articulação") melhoraram consideravelmente a regulamentação do direito de tendência, que passou a ser claramente admitido, mas um grande esforço da Executiva Nacional conseguiu que quase todos os delegados ligados à "articulação" revertissem a posição com a qual haviam sido eleitos nos Encontros e votassem contra a proporcionalidade na Executiva Nacional (de modo que esta proposta foi rejeitada por 199 votos contra 164).

De modo geral, embora se registrem algumas aberturas principalmente a nível de alguns Estados, o método de relação da "Corrente" com as outras correntes do PT ainda é muito marcado pelo sectarismo, por casos de desrespeito à democracia operária. Podemos avaliar que tanto a importância da democracia operária quanto da unidade dos revolucionários ainda não foram plenamente assimilados pela "Corrente".

Se fizermos uma consideração de conjunto das posições teóricas e de práticas da "Corrente", ao lado dos avanços já mencionados, podemos identificar a permanência de problemas importantes.

A maior limitação da "Corrente" refere-se à sua compreensão ainda muito parcial da questão da democracia operária, e a outras questões que se relacionam com esta. As menções que aparecem nos textos sobre esta questão são contraditadas tanto por ambiguidades nos próprios textos, quanto principalmente por demonstrações práticas de dar pouca importância a isto. Na mesma linha, a "Corrente" ainda não demonstrou ter uma compreensão correta da questão da unidade dos revolucionários, como as demonstrações de sectarismo que já citamos atestam. Também a relação entre as direções e a classe operária é vista de forma que, a nosso ver, tem problemas; há tendência a um tipo de relação paternalista e manipulatória, e a não dar a devida importância à auto-organização dos trabalhadores.

Também se liga a pouca compreensão da questão da democracia operária a tendência da "Corrente" de considerar a URSS e os demais países que consideramos como Estados Operários burocratizados como "socialistas".

Também indicadora da falta de visão crítica da "Corrente" com relação aos Estados Operários burocratizados são as relações muito estreitas que têm existido com o partido da Alemanha Oriental (República Democrática da Alemanha), que chegam a um programa bastante extenso de formação política de quadros do PT realizado neste país e a uma calorosa saudação na abertura do V Encontro Nacional.

Na questão do partido, apesar dos grandes avanços nas posições da "Corrente", há também muitos problemas: o principal é que permanece a confusão entre se considerarem como uma corrente do PT ou o verdadeiro PT. Esta visão tem consequência em uma série de encaminhamentos (como a do Instituto Cajamar e da formação política do PT), e reforça a ambiguidade na visão do partido; a idéia de uma "corrente oficial" não está muito distante da de "partido monolítico".

Também nesta linha a dificuldade de assimilar o direito de tendência (e a to-



tal rejeição do direito de fração) mostram uma compreensão pouco clara da natureza de um partido centralizado democraticamente, e da legitimidade da existência de correntes distintas em um partido operário revolucionário.

Naturalmente, outra questão chave na visão do partido é a necessidade de uma Internacional: sobre isto, não há nenhuma manifestação da "Corrente".

Por outro lado, também temos de considerar como muito limitada a compreensão por parte da "Corrente" sobre a estratégia da revolução brasileira. Mas aí, nem nós nem qualquer outra corrente do PT atingiu um nível de compreensão suficiente. Trata-se de um tema que terá de ser desenvolvido por todo o coletivo partidário, integrando diversas contribuições.

Finalmente, também a heterogeneidade da "Corrente" contribui para limitar as suas posições políticas, e a sua aplicação prática: há um núcleo com posições mais claras, mais avançadas, que puxa muitos setores, inclusive setores muito atrasados. Até agora, o processo inicial de formação da "Corrente" é essencialmente de mudanças ao nível do núcleo dirigente, de posições e intenções deste núcleo, e muito menos de mudanças efetivas ao nível da sua própria base e do PT como um todo. Neste sentido, as mudanças decisivas estão pela frente. Esta razão nos obriga a avaliar o que já ocorreu com cautela.

Não temos ainda condições de ter uma avaliação clara do problema fundamental de qual é a dinâmica da "Corrente", de o que a move.

Mas podemos dizer que esta dinâmica dependerá, naturalmente, da luta entre seus vários setores, das influências que recebem do quadro geral da luta de classes, e a partir daí de qual influência vai predominar.

Um elemento central que define esta dinâmica é portanto o peso dos sindicalistas em torno do Lula, que têm uma tendência geral classista; o peso dos vários setores da Igreja; outro é o peso dos diversos quadros marxistas que integram a "Corrente". Este setor tem ganhado uma importância crescente. De modo geral, a referência ideológica mais importante para estes quadros é a revolução cubana; mas há também identificação, em alguma medida, com outros Estados Operários, como a RDA e a China Popular.

Apesar disso, o espectro de contradições internas da Articulação não pode ser menosprezado, tanto que nas teses apresentadas por ela para o III Congresso Nacional da CUT é explicitamente defendido o apoio ao sindicato polonês Solidarnosc.

A grande limitação de muitos destes quadros é terem tido uma formação política stalinista, no PCB ou no PC do B, e terem realizado no geral uma ruptura apenas parcial com ele. De modo geral, esta ruptura foi mais ampla na questão do reformismo (a negação do reformismo foi um elemento central na negação do PCB), e a partir daí têm uma tendência a uma visão de independência de classe e de recusa do etapismo (com ambiguidades como as que já apontamos). Mas a ruptura com o stalinismo foi muito mais limitada na concepção do partido (sobretudo na questão da democracia interna e na compreensão da necessidade da unidade dos revolucionários).

Um setor específico destes quadros marxistas é o originário do lambertismo. Como fica claro em artigos escritos por estes companheiros (por exemplo no Boletim Correspondência) este setor mantém uma visão trotskista com relação aos Estados Operários burocratizados. Neste aspecto, pode desempenhar um papel positivo, do mesmo modo que em questões de estratégia, de independência de classe, etc. Mas há grandes limitações à contribuição que podem dar: além de não terem um peso importante na "Corrente", pelo menos uma questão decisiva não faz parte das tradições da corrente lambertista: a democracia interna.

Outra questão que pesa na definição da dinâmica da "Corrente" são as pressões eleitorais, do parlamento, das instituições capitalistas. A "Corrente" é particularmente permeável a estas influências por ter muitas características pragmáticas, e por ter em geral no interior do PT uma política de alianças à direita, com os setores eleitores, dentro da sua visão de que tem de manter a maioria absoluta do PT a qualquer custo.

Além disso, é claro que as discussões internas do PT, a correlação de forças interna ao partido, influenciam a evolução da "Corrente", do mesmo modo que as tendências gerais de luta de classes.

Finalmente, é importante registrar que os grandes atritos no interior da "Corrente" sugerem a possibilidade de que venham inclusive passar por novas alterações na sua composição.

Como explicar a evolução do núcleo dirigente do PT? Entre as várias razões, podemos incluir: a presença de quadros marxistas no núcleo dirigente em torno de Lula, a influência das relações do PT com Cuba e com a América Central, a influência das discussões do partido (inclusive, naturalmente, a influência das nossas próprias posições), a cobrança feita pela realidade do PT (o fato de que vem ficando claro que o partido tem de dar um salto de qualidade, sob pena de sofrer inclusive um retrocesso político, caso o crescimento da influência não seja acompanhado de maior definição política e organizativa) e, sobretudo, o amadurecimento e a radicalização da vanguarda operária e popular ativa na luta de classes dos últimos anos.

Sobre esta última questão, podemos dizer que o mesmo impulso à esquerda da militância sobretudo sindical que tem permitido o crescimento da nossa influência, que permitiu que uma articulação como a "CUT pela base", com todos os problemas que tinha, tenha obtido um apoio tão importante no II Congresso Nacional da CUT, reforça também a esquerda na articulação majoritária.

#### b) As mudanças dos setores petistas ligados à Igreja

Esta é uma outra questão sobre a qual temos de nos debruçar pela sua importância decisiva no futuro do PT.

Até agora, os setores ligados à Igreja no PT vinham participando, na sua quase totalidade, da articulação majoritária a nível nacional, embora alguns setores de uma forma bastante marginal (por exemplo, os setores ligados à deputada Irma Passoni, sem muita influência nos rumos da articulação majoritária, e mais ainda os setores ligados a Plínio Sampaio, de fato ausente da vida do PT até as eleições de 1986). Havia, além disso, setores de esquerda da Igreja, que já parti-



cupavam da CUT, mas que ainda não haviam se integrado ao PT (por exemplo, e com posições muito distintas, João Paulo Vasconcelos e Valdemar Rossi).

Durante os anos de 1985 e 1986, houve inclusive uma entrada maciça de setores ligados à Igreja no PT, tornando-se em alguns estados a força principal da corrente majoritária a nível nacional do PT: Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná.

No entanto, este alinhamento quase geral dos setores da Igreja com a articulação majoritária começou a mudar a partir pelo menos de dois processos: as disputas no campo sindical (e especialmente em torno à política a ser seguida nas eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em 1987), e uma luta interna mais específica entre setores da antiga articulação majoritária, especialmente relacionada com a intervenção no campo.

Assim, a nível sindical, muitos setores da Igreja apoiaram a chapa "CUT pela base" no Congresso Nacional da CUT em 1986, e apoiaram a chapa minoritária no Congresso Estadual da CUT em São Paulo em 1987. A maioria dos setores ligados à Igreja apoiou, em 1987, o setor do MOSMSP nos metalúrgicos de São Paulo, enquanto a posição da articulação majoritária apoiava a "Alternativa Sindical". Em outros estados está se desenvolvendo uma polarização extremamente radicalizada e sectária entre setores da antiga articulação majoritária e setores da Igreja, como no Pará. No Encontro Estadual do PT-SP de 1987, muitos setores identificados com a Igreja não participaram da chapa majoritária; o da deputada Irma Passoni, apesar de participar da chapa majoritária, não se integrou à "Corrente". O mesmo ocorreu no V Encontro nacional.

De modo geral, o quadro atual de posicionamento dos setores ligados à Igreja é muito complexo. Não há correspondência completa entre posicionamentos no campo sindical e no PT. Há cruzamentos entre posições: setores com uma posição em geral muito à esquerda mantêm às vezes ligação estreita com outros mais à direita.

Mas podemos, de forma muito aproximada, dividir os vários setores da Igreja no PT em três campos: os que integram a "Corrente", os que situam à sua direita, e os que situam à sua esquerda.

Dentre os que integram a "Corrente", têm mais peso: a direção do PT no Paraná, o setor que dirige a "Corrente" na Bahia, o setor do deputado Selvino Heck no Rio Grande do Sul, um setor importante em Minas Gerais, etc.

Dentre os que se situam à direita da "Corrente", a liderança mais importante é o deputado Plínio de Arruda Sampaio, de São Paulo. Mas ocupa uma posição semelhante o deputado e líder sindical João Paulo Vasconcelos, de Minas Gerais. Podemos considerar um e outro representantes de uma posição social-democrata (de esquerda) no interior do PT. Já a posição da deputada Irma Passoni é mais difícil de caracterizar: tradicionalmente representando um dos setores mais atrasados do PT, a deputada Irma Passoni tem, a partir da sua exclusão da "Corrente", adotado uma posição muito mais aberta à esquerda.

A esquerda da "Corrente" estão principalmente militantes da Pastoral Ope-

rária, como o líder sindical Valdemar Rossi e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, Durval. Rossi integrou, em São Paulo, no Encontro Estadual, a chapa "Poder Popular e Socialismo" e no V Encontro Nacional, a chapa "PT pela base", do mesmo modo que várias outras lideranças da Igreja.

c) A Democracia Socialista é uma corrente que tem dado uma contribuição importante para a construção do PT. Foi a única organização marxista a compreender a natureza do PT desde o seu início, isto é, a compreender o PT como um partido classista, que deveríamos lutar para desenvolver no sentido de um partido revolucionário (a rigor, na fase inicial do PT a FOT e um setor da Convergência Socialista — a FURP — tiveram esta concepção ao lado da DS. Mas as três organizações se fundiram na DS posteriormente).

A DS teve um peso decisivo na construção do PT em vários estados, sobretudo Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Além disso, teve um papel importante na luta pela manutenção do perfil classista do PT: por exemplo, na definição dos candidatos a prefeito em 1985 em Porto Alegre, Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Além disso, a DS tem tido um papel importante nas definições do caráter do PT hoje, como partido de massas e de vanguarda, dirigente dos movimentos sociais, centralizado democraticamente, etc.

A DS se define como uma tendência do PT identificada com as posições políticas gerais da IV Internacional, que luta para construir o PT como partido revolucionário de massas.

No campo social, no qual tem tido uma influência crescente, a DS tem lutado pela construção da CUT como central sindical unitária, democrática, independente e classista, e tem dado uma ênfase ao esforço de trazer os militantes sindicais para a militância orgânica do PT.

d) A articulação "Poder Popular e Socialismo" — "PT pela base"

A formação da articulação "PPS" foi uma das principais novidades do Encontro Estadual do PT de São Paulo de 1987. E no V Encontro Nacional, o PPS liderou a formação de uma articulação nacional, o "PT pela base".

O PPS já existia como um grupo no interior da antiga "articulação dos 113", a partir principalmente da liderança do deputado Eduardo Jorge e de um sólido trabalho no movimento popular da Zona Leste da cidade de São Paulo, e defendia dentro desta articulação posições à esquerda. Desde sua formação, o PPS se colocou como um grupo favorável ao leninismo, voltado para a construção do PT como partido revolucionário. A diferenciação do PPS dentro dos "113" se acentuou em 1986, e a separação veio em 1987.

Além do PPS, os grupos mais importantes que integram a chapa "PT pela base" são:

— o setor majoritário no PT do Ceará, liderado pelo deputado João Alfredo, que se separou da "Articulação" no Encontro estadual do partido;

— o setor originário do antigo "Movimento dos Trabalhadores";

— O setor do PT mineiro em torno dos deputados Virgílio Guimarães e Sandra Starling;



— o setor identificado com o PPS inclui também militantes dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Nos Encontros, o PPS/PT pela base se centrou na caracterização da sociedade brasileira e da revolução brasileira (definida como socialista), na defesa de uma política de alianças classistas, na necessidade do lançamento da candidatura de Lula à presidência da República, na defesa de um "Governo Democrático Popular sob hegemonia dos trabalhadores", na necessidade a nível estratégico de um "programa de transição para o socialismo". Além disso, o PPS/PT pela base mostrou uma clara compreensão de necessidade da democracia interna no PT, de uma concepção de partido centralizado democraticamente, defendeu de forma enfática o direito de tendência no PT, se opôs nestas questões de forma incisiva à articulação majoritária.

O PPS/PT pela base vem tendo uma evolução política rápida. Começou, em São Paulo, se delimitando em grande parte pela oposição à articulação majoritária, numa espécie de "afirmação pela negação" (no Encontro Estadual de SP, a polarização com a chapa majoritária foi muitas vezes sectária). Já no V Encontro Nacional, apresentou uma visão política bem mais articulada, em todas as questões que citamos, começando a definir com clareza uma proposta de construção do partido.

e) O PRC vem sendo nos últimos anos uma das principais organizações da esquerda do PT. Mesmo tendo o seu crescimento em parte neutralizado por um processo de ajustamento da sua concepção de construção do partido revolucionário, e apesar de ter uma influência sindical reduzida, o PRC tem uma influência política importante principalmente nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

De modo geral, temos tido há bastante tempo um acordo bastante amplo em questões que dizem respeito à natureza do socialismo, à visão estratégica da revolução brasileira, e à tática a ser seguida na conjuntura.

Mas na questão da concepção do partido, especialmente do caminho para a construção do partido revolucionário no Brasil, nossas diferenças têm sido grandes.

Até 1985, quando realizou o seu segundo congresso, O PRC ainda tinha uma caracterização do PT como "partido institucional", e admitiu que seus militantes participassem tanto do PT como do PMDB (e até de outros partidos, como o PDT). Havia um debate interno, mas esta era a posição majoritária. No congresso de 1985, o PRC adotou mudanças importantes: definiu que seus militantes atuariam, na "esfera partidária-institucional", "no PT exclusivamente". Passou a valorizar o trabalho de defender posições à esquerda do PT. Contudo, manteve em grande parte suas antigas posições: "O PRC não alimenta falsas expectativas em relação a um papel revolucionário do PT. Trata-se de uma organização político-frentista hegemônica por posições reformistas, aprisionada nos marcos da ideologia burguesa dominante na sociedade e com a qual só uma ideologia revolucionária pode romper. Não esperamos, tampouco, que o PT venha a se transformar em um partido revolucionário marxista-leninista, pois as

premissas ideológicas deste último são totalmente diferentes". "O PT é atualmente um ponto de encontro de elementos embrionários de uma futura frente política de massa operário-popular, a qual pode ter como uma das principais vertentes um campo de esquerda criado no processo de diferenciação naquele partido, sem excluir ativistas e militantes avançados que hoje se colocam sem partido ou em outras legendas".

E a Resolução Política do II Congresso do PRC dizia ainda: "O PRC considera que não há centralismo em uma organização política institucional e frentista como o PT. Reconhece que as conclusões das instâncias dirigentes são as posições oficiais deste partido, mas não as tem como obrigatórias para os seus militantes".

Mas a compreensão do PT continuou um problema para o PRC. Assim, uma Resolução do CC do PRC de maio de 1986 dizia: "... o processo político posterior ao Congresso evidenciou, claramente, insuficiências nas resoluções adotadas. Por isso, o Comitê Central resolveu reabrir no seu interior e estender para todo o coletivo a discussão sobre as nossas relações com o Partido dos Trabalhadores." Ao mesmo tempo, o CC indicava algumas mudanças de posição muito importantes. "Os militantes do PRC participam do PT, como os demais filiados, segundo as normas internas do PT. Colocam-se favoráveis ao princípio da unidade de ação e da necessidade de uma determinada disciplina organizativa, própria de um partido de massas com milhares de filiados e que integra as mais diversas concepções. A questão que se coloca, portanto, não é aquela posta pelo simplismo da contraposição entre os que aceitam e os que não aceitam a disciplina do PT, mas sim qual a disciplina necessária e possível num partido de massas". "... o centralismo democrático leninista do PRC e a participação no PT segundo suas normas internas envolvem uma contradição que pode ser compatibilizada através da mediação política..."

Naturalmente, esta resolução não resolveu o problema da relação do PRC com o PT, e da compreensão por parte do PRC da linha de construção de um partido revolucionário no Brasil. Ao mesmo tempo que alguns setores do PRC buscavam se integrar de modo crescente nas tarefas de construção do PT, outros mantinham uma posição distinta, e continuavam a pôr a ênfase na diferença entre o PT e o PRC (por exemplo, falando em atos públicos, nos quais o PT se representava, em nome do PRC) O CC do PRC, em abril de 1987, voltou a falar do tema, assinalando que "a trajetória política do PRC está marcada por equívocos e imprecisões táticas muito graves no que diz respeito às nossas relações com o Partido dos Trabalhadores. Desde antes do I Congresso, temos construído um conjunto de elaborações contraditórias e desencontradas sobre esta questão. Após o II Congresso, iniciamos um movimento teórico e político do qual passamos a considerar com mais propriedade o fenômeno PT e sua importância para a luta política no Brasil. Mesmo assim, voltamos a cometer erros sérios, abrindo a possibilidade, inclusive, para que os setores hegemônicos no PT desencadeassem uma ofensiva sobre o PRC explorando as limitações de nossa elaboração". O PRC se referia aqui à campanha que alguns setores da articulação majoritária do PT fazem contra as organizações de esquerda em geral e contra o PRC em particular.



Nesta resolução de abril de 1987 o PRC começou a se aproximar da idéia de que se devia lutar para que o PT fosse um partido revolucionário: "... os militantes do PRC que também militam no PT devem lutar para que ele tenha um posicionamento anticapitalista, assuma idéias socialistas e desenvolva uma prática política de sentido revolucionário".

Atualmente, está em curso um novo processo de discussão e aprofundamento da posição do PRC sobre o PT, muito positivo. Diversos dirigentes do PRC têm manifestado com ênfase a idéia de que o PT deve ser encarado como um partido estratégico, que lutamos para que seja revolucionário, que deve ter um papel dirigente nas lutas sociais, que é necessário unificar a intervenção dos petistas, reforçar as direções do PT, aumentar o seu grau de centralização, etc.

Ou seja, o PRC vem, progressivamente (embora de forma não linear), adotando uma posição que julgamos mais correta sobre o PT, capacitando-se para ter um papel mais importante na construção do PT. Isto é fruto da sua reflexão teórica (que teve no início um viés extremamente doutrinário, e esquerdista, mas que se orientou pelo esforço de adequar sua teoria aos fatos e às necessidades da luta revolucionária), e também, naturalmente, da sua experiência no interior do PT, da evolução do próprio PT, das pressões que tem recebido, e das discussões fraternas que temos mantido há vários anos.

Ainda há, segundo a nossa concepção, um problema importante na elaboração política do PRC: a idéia de uma dualidade entre, de um lado, o PT — partido de massas e revolucionário, e de outro, uma organização de vanguarda, comunista, clandestina, que não é uma tendência do PT. Mas é importante considerar também que a prática dos militantes do PRC tem-se orientado ultimamente basicamente pelo esforço de aprofundar sua integração no PT, de assumir mais amplamente suas tarefas de construção, etc.

f) A partir do processo de fusão das três organizações que lhe deram origem, o MCR tem conseguido no último período aumentar a sua influência no PT e na CUT. Além de uma influência sindical importante no Rio de Janeiro, o MCR mantém uma inserção relevante no PT de São Paulo e no Pará, e principalmente no PT da Bahia.

As resoluções do congresso de fundação do MCR, em 1985, colocam-no num campo de esquerda, sobretudo pela sua análise do caráter da revolução brasileira, considerada socialista, e que "deverá no seu desenvolvimento unir um bloco popular em torno da classe operária e enfrentar tarefas democráticas, anti-monopolistas e antilatifundiárias, e anti-imperialistas..." "... no plano estratégico, o objetivo dos trabalhadores em relação ao poder só pode ser a instalação da ditadura do proletariado, que denominamos Governo dos Trabalhadores". Contudo, estas mesmas resoluções já assinalavam que "evidentemente, no curso da luta de classe, o proletariado e as organizações partidárias poderão participar de governos provisórios, transitórios, ou de frente popular. No entanto, estas opções terão sempre um caráter tático, e não significarão concretamente a tomada do poder. Na verdade a participação neste governo só terá sentido quando puder

criar condições mais favoráveis para um processo de ruptura revolucionária"

Ou seja, o MCR concilia uma visão estratégica de esquerda (que inclusive identifica de forma excessivamente rígida governo dos trabalhadores e ditadura do proletariado) com uma extremada flexibilidade tática, que lhe permite participar ou apoiar vários tipos de governos: a tática pode entrar de fato em contradição com a estratégia, sacrificando a independência política de classe dos trabalhadores. E este aspecto passou a ter uma grande importância na avaliação política do MCR, pela sua defesa do apoio a determinados candidatos a governador do PMDB em 1986 (Waldir Pires, Arrais) e pela ênfase que tem colocado em que a "correlação de forças" não permite que se coloque "a questão do socialismo", como objetivo (mas apenas como propaganda) e exige objetivos mais limitados, como talvez o apoio a governos progressistas (do PMDB ou do PDT?).

Além desta questão decisiva, vemos nas posições programáticas do MCR um outro problema: apesar de ter nesta questão uma grande heterogeneidade entre seus vários componentes, tem prevalecido na visão desta organização uma posição "campista" (a luta central a nível mundial se dá entre o imperialismo e o campo dos "países que constroem o socialismo") com a consequente secundarização da crítica à URSS. No mínimo, temos um problema importante quanto à concepção de socialismo.

Por outro lado, na questão da construção do PT, o MCR vem passando por uma mudança importante e positiva. No seu congresso de fundação, o MCR polemizava contra "uma concepção que defende a transformação paulatina do PT em partido leninista, cabendo às Organizações no seu interior o papel de meras correntes 'petistas' submetidas às decisões e à centralização do PT"... "Não nos parece que no período atual da luta de classes, definido por Lênin 'como da crise do imperialismo e da Revolução Proletária', tenha sentido subordinar a construção do partido comunista ao desenvolvimento de um partido operário mais amplo." "Fazer isso leva, inevitavelmente, a uma descaracterização da Organização Comunista como organização de combate e direção política entre as massas, e a um estreitamento do partido mais amplo onde se atua". Ou seja, o MCR fazia uma polêmica explícita com a nossa concepção e se opunha claramente à luta pela construção do PT como partido revolucionário e dirigente. Mas não tinha uma concepção clara: sobre o PT, limitava-se a dizer que "trabalhamos para fazer o PT um amplo instrumento político, representativo da unidade dos trabalhadores contra a opressão e a exploração capitalista" e que o PT "cumpre um papel estratégico na Revolução Brasileira, como de forma indireta e não orgânica contribui na formação do Partido do Proletariado."

Nesta questão o MCR vem mudando. Ainda não conhecemos uma resolução escrita a respeito, mas as colocações do MCR vão no sentido de uma maior valorização do PT e de seu papel na construção de um partido revolucionário.

A partir desta mudança, e do fato de que no plano tático e estratégico está na verdade em um campo comum com a "Corrente", o MCR realizou em São Paulo uma aliança com ela, e esteve próximo de manter esta orientação a nível nacional. Contudo, o MCR mantém uma defesa enfática do direito da existência de organizações revolucionárias no PT, e de uma regulamentação do direito de



tendência que viabilize o seu funcionamento. Nesta questão, o MCR mantém uma proximidade muito maior conosco do que com os setores da "Corrente" que querem a dissolução ou "diluição" das organizações. Não há uma tendência (pelo menos no momento) a uma dissolução do MCR.

#### g) O Trabalho

A corrente "O Trabalho" (anteriormente chamada de OSI — Organização Socialista Internacionalista, e depois Fração IV Internacional) passou por uma divisão em duas partes aproximadamente de mesmo peso.

Esta divisão, na verdade, é fruto de contradições da sua linha política. "O Trabalho" havia atingido uma compreensão correta da necessidade de construir o PT como partido, e de lutar para sua consolidação como partido revolucionário. Mas esta compreensão era confundida por duas ordens de questões:

— no plano nacional, fazia a análise de que o PT, na verdade, se limitava à sua corrente majoritária (a antiga "articulação dos 113") e que os outros setores não eram propriamente PT. A partir daí, e no esforço de conseguir sua aceitação na articulação majoritária, centrava seus ataques aos outros setores do PT, especialmente às organizações de esquerda. Isto fazia "O Trabalho" (ou as organizações que antecederam esta designação) ficar na estranha situação de "organização que combate as organizações". Além disto, tendia a obscurecer sua especificidade política com relação à articulação majoritária.

— no plano internacional, "O Trabalho" continua vinculada ao "CIR" (IV Internacional — Centro Internacional de Reconstrução), corrente que se mantém como uma versão extremamente sectária do "trotskismo". Assim, o sectarismo de sua posição internacional se chocava com o esforço de "abertura" com relação à corrente majoritária do PT.

A divisão em duas é uma solução lógica da contradição, um setor opta por maximizar sua "abertura" para a corrente majoritária do PT rompe com o CIR (em favor de um agrupamento internacional de tipo radicalmente diferente, fundamentalmente uma rede de contatos) e dissolve sua organização no Brasil, "fundindo-se com a corrente do Lula" (na verdade, entrando nesta corrente). A partir daqui, a evolução deste setor passa a ser uma componente da "Corrente".

O outro setor segue um curso de revalorização da sua identidade específica, de seus laços internacionais com o CIR. Em um primeiro momento, buscou a unidade com a "articulação dos 113", mas como não foi aceito na "Corrente" (porque não se dissolveu) o curso provável é de maior diferenciação em relação a ela. Há o risco inclusive de, a partir deste reforço dos vínculos internacionais sectários, assumir um caminho de sectarização.

Por outro lado, esta divisão acentua um processo de declínio da influência política de "O Trabalho". Até 1982, esta organização (na época, OSI) era uma das principais organizações brasileiras em número de militantes (apesar de ter sofrido perdas com a sua demora de se integrar ao PT). O curso pró-"113" desde 1983 levou ao enfraquecimento da sua identidade e a uma persistente erosão de quadros.

O primeiro resultado destas mudanças, do ponto de vista político, é que a atitude de "O Trabalho" com relação às organizações de esquerda, especialmente a nossa, começa a mudar. "O Trabalho" reconhece que as posições do PT são resultado de um conjunto de contribuições, e não apenas da corrente majoritária, e que também se pode construir o partido não estando na articulação majoritária. Passa a defender o direito de tendência no PT compatível com a existência de correntes organizadas de esquerda.

#### h) "Independentes" do PT

Têm também importância na construção do partido uma série de personalidades e grupos que não participam de nenhuma das articulações permanentes ou organizações, e que por isso são às vezes chamados de "independentes". Vários destes grupos ou personalidades têm tido posições de esquerda no partido. Assim, têm importância os setores ligados aos deputados Virgílio Guimarães e Sandra Starling, em Minas Gerais (que mantiveram com a Democracia Socialista um vínculo por muito tempo); ao deputado Florestan Fernandes, em São Paulo; ao deputado Vladimir Palmeira, no Rio de Janeiro.

Há ainda no interior da CUT, uma série de setores da vanguarda sindical independente, com uma prática classista e uma referência ideológica revolucionária que não estão integrados no PT, em grande medida em função do atraso petista na organização de sua atividade sindical. Estes setores, que em geral têm uma inserção regional ou localizada em uma categoria, ressentem-se de uma formação marxista e de uma experiência de prática partidária. Seus vínculos com a luta de classes, seu compromisso militante, no entanto, fazem destes setores da vanguarda uma componente fundamental da construção do PT como partido revolucionário.

#### i) A Convergência Socialista

A Convergência Socialista tem hoje no PT uma situação delicada. Por um lado, distingue-se de todos os setores mencionados até agora por não vir tendo um trabalho sistemático de construção do PT. A CS coloca-se no campo genérico do PT, apóia genericamente o PT, mas tem sido mais uma força cutista do que petista.

Por outro lado, a CS é uma organização fundamentalmente diferente da Causa Operária ou do PRO (Partido da Revolução Operária), ou de outros agrupamentos ultra-esquerdistas e ultra-sectários que participam em alguma medida do PT ou da CUT (entre eles o CGB, em alguns Estados). A CS tem uma inserção real no movimento operário e popular (sobretudo sindical) em pelo menos dois estados: Minas Gerais e Rio de Janeiro. Apesar de ter uma linha geral extremamente sectária (como fica claro, por exemplo no Manifesto do 1º Congresso da LIT — Liga Internacional dos Trabalhadores, de 1985, cujas posições não foram até agora revistas), a CS tem sensibilidade para o movimento, não é em geral ultra-esquerdista.

O avanço da construção do PT colocará cada vez com mais agudeza para a CS



um dilema: ou revê sua visão da construção do partido revolucionário no Brasil, e se integra à construção do PT, ou marchará para a marginalização — o que já ocorreu, por exemplo, com a “Causa Operária”.

#### j) Novas entradas

O reforço do PT e o debilitamento de outros projetos partidários de esquerda vem trazendo sempre mais setores para o partido. Uma das últimas entradas importantes (em 1986) foi de um setor da dissidência do PCB de São Paulo que editava o jornal “A Esquerda”. Este setor não entrou no PT como um conjunto; parte dele se separou e continua com outros projetos (como um setor que até 1987 participava da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e que é filiado ao PDT); e os que entraram no PT não mantêm uma organização própria, tendendo à integração na “Corrente”.

Agora, a crise do PC do B prenuncia um fato novo, que é a entrada de ex-militantes deste partido no PT. Na medida em que estes militantes façam um balanço da sua experiência no PC do B, e realizem uma autocrítica do seu ultrastalinismo, estas entradas serão positivas.

#### k) Setores à direita no PT

Não é fácil hoje apontar quais setores representam as posições mais à direita no PT. Em primeiro lugar, podemos dizer que o que temos tido como posições mais à direita são por um lado posições que podemos chamar social-democratas de esquerda (isto é, social-democratizantes, mas que mantêm uma referência no socialismo, o que não ocorre com a maior parte da social-democracia hoje) e por outro lado posições que não se apresentam de forma elaborada, sistematizada: eleitoralistas, carreiristas, etc.

As posições social-democratizantes no PT são hoje representadas principalmente por alguns setores ligados à Igreja (Plínio Sampaio, João Paulo Vasconcelos). A vertente mais “intelectual” desta posição (Francisco Weffort) está muito enfraquecida. Já posições eleitoralistas e carreiristas são adotadas por um amplíssimo leque de militantes, por muitos que entram no PT com o objetivo de serem candidatos a vereador ou deputado.

Esta questão constitui hoje um dos problemas mais importantes do PT, uma pressão permanente em favor de um acomodamento do partido, e em favor de sua burocratização. Mas não parece provável que, num prazo previsível, tenhamos uma articulação da direita eleitoralista e carreirista do PT (e nem do setor social-democratizante), que propanha aos Encontros do partido posições próprias. Em geral, estes setores adotam a tática de pressionar a articulação majoritária, e em geral participam dela. A formação da “Corrente”, se se consolidar, tornará mais difícil esta tática, mas ainda assim é a mais provável.

A presença destas posições cresce à medida do aumento do potencial eleitoral do partido. Seria, pois, um grande erro desprezar o perigo do carreirismo e do eleitoralismo dentro do PT tanto mais que este está longe ainda de ter cons-

truído mecanismos de centralização, de disciplina e de formação, que possam contrarrestar a influência destas posições.

Um aspecto importante sobre a recomposição no interior do PT é a mudança na correlação de forças entre várias correntes do partido. Essa mudança estabeleceu uma dinâmica de erosão da hegemonia do setor majoritário do PT que se no I Encontro pôde impor uma chapa única ao partido, teve no V Encontro apenas 57% dos votos, tendo que participar com essa proporção no Diretório Nacional. Essa erosão tem prosseguido, tendo a Articulação sofrido importantes derrotas em Encontros recentes (como no Municipal de São Paulo, definição do candidato à prefeitura de São Paulo, etc.).

Estas mudanças na correção de forças são elementos que abrem condições mais propícias para o combate ao hegemonismo da “corrente” e para a construção de uma direção partidária que seja a síntese das várias correntes revolucionárias em seu interior.

#### 4 — O passo necessário hoje: a construção do PT como partido revolucionário

a) Desde o início da sua construção, o PT avançou muito na sua constituição como partido.

Em primeiro lugar, avançou nas suas definições políticas; manteve e aprofundou a independência política de classe que foi a marca essencial da sua formação; desempenhou um papel decisivo na formação da CUT, que vem materializando o esforço do proletariado para conquistar a independência de classe também no plano sindical; constituiu-se na grande alternativa de esquerda do país, contraposta à “Nova República”. Em 1986/7 o PT reforçou sua definição socialista e começou a adotar posições mais estratégicas. Aprovou resoluções sobre o socialismo, o movimento sindical, a política de alianças e o esboço estratégico que foi chamado de “democrático e popular” que se colocam, apesar de ambiguidades existentes, no campo da revolução. Neste debate, a DS interveio combatendo as ambiguidades que tinham um caráter etapista, aprofundando as formulações sobre a democracia no socialismo e defendendo o reconhecimento da importância da libertação das mulheres para a luta socialista, e muitas das nossas contribuições foram incorporadas aos textos votados.

Completando este quadro, o PT tem ocupado um posto — determinado pelas condições da luta de classes que se desenrola no país — de referência de amplas massas para o seu posicionamento político frente ao poder burguês. Isto se deve à sintonia mantida pelo partido com os anseios das massas, o que é facilitado pela natureza das grandes contradições sociais e pela debilidade dos meios de integração institucional do movimento operário.

Em segundo lugar, o PT vem aprofundando sua ligação com as revoluções da América Central, o que reforça o sentimento e a identificação revolucionária da nossa militância.

Em terceiro lugar, o setor majoritário da direção partidária começa a adotar elementos de um projeto de construção do PT como partido revolucionário, co-



mo ficou demonstrado na resolução sobre construção partidária aprovada no V Encontro Nacional, que assimilou muitas das concepções defendidas no partido pela DS. Vem ficando claro que a maioria das correntes internas do PT têm um caráter revolucionário, inclusive a maioria dos setores da própria corrente majoritária.

Estes elementos de reforço do caráter de esquerda do PT também se refletem na adoção de uma formação política com uma visão marxista, embora marcada pelas limitações da base principal desta formação, o Instituto Cajamar.

b) Estes elementos positivos convivem, em contrapartida, com grandes problemas. O PT acumulou também elementos não revolucionários, que lhe dão um perfil contraditório. De forma sintética, são os seguintes:

— uma dinâmica partidária e um funcionamento que estão longe de se caracterizarem como os de um partido de combate, dirigente político da luta de classes;

— há uma enorme dificuldade em delinear uma ação política que compreenda o caráter subversivo que a presença de um partido operário nas instituições deve adquirir, bem como em conduzir os movimentos de massa para objetivos políticos não institucionais. Por isso, o PT, algumas vezes, aparece como partido institucional de esquerda.

A estruturação orgânica do PT é um problema vinculado a estes. Mantém ainda uma contradição entre normas da antiga Lei Orgânica dos partidos e regras próprias que reforçam o caráter democrático e procuram viabilizar um caráter militante. Esta situação começa a ser corrigida com a discussão do novo regimento, mas ainda não se estabeleceu um curso determinante de estruturação como partido militante e dirigente.

Nesta situação, é inevitável que ganhe força a enorme pressão eleitoralista que de forma cíclica e crescente atinge o partido, com adesões de filiados que são atraídos por sua viabilidade eleitoral.

— apesar de as posições políticas adotadas pelo partido terem um sentido geral correto e avançado, ainda não estão consolidadas, estão sujeitas a “interpretações” pela maioria da direção que as descaracterizam. Assim, continua a haver debates onde se expressam posições que indicam um rumo etapista ou até questionam a independência de classe;

— a ausência de uma direção partidária com um projeto de construção e uma composição de forças que represente o potencial revolucionário do partido. Assim, a posição dominante na direção ainda não se coloca como tarefa fundamental a superação dos elementos e condicionantes não revolucionários presentes no PT.

A superação da formulação atrasada que opunha partido de massas a partido de vanguarda não foi suficiente para gerar um projeto de construção de um partido de vanguarda de massas. Para se chegar a isto, é necessário uma visão clara do partido que se quer, uma delimitação das forças centrais na construção do partido, os instrumentos para uma centralização política democrática, a incorporação da vanguarda social às estruturas partidárias, enfim, uma estratégia de construção do partido e uma conjunção de forças partidárias capaz de efetivá-las a partir do estágio atual de construção do PT.

Um elemento que pesa contra este objetivo estratégico é a persistência até agora de uma concepção excludente por parte do setor majoritário da direção. Assim, não estão assimilados a idéia-chave de que setores revolucionários distintos devem convergir na formação de um partido revolucionário e em especial na formação de sua direção, e a concepção de uma centralização política e organizativa com base na democracia e no direito de tendência como instrumentos básicos de construção, e não como uma concessão de maioria às minorias partidárias. E toda a trajetória do PT tem confirmado a importância da participação da DS e de outros setores que não integram a corrente majoritária em diversas decisões-chave para o partido, garantindo opções pela esquerda que foram conquistadas do PT.

c) Este conjunto de elementos identificam uma situação de tensão: o PT já avançou o bastante para já ser mais do que apenas um partido classista em sentido geral. Mas ainda não venceu os obstáculos que se colocam no caminho da sua afirmação como um partido revolucionário.

Hoje, podemos apontar três questões que concentram a luta pela evolução do PT para um partido revolucionário:

— a clareza na definição do papel subordinado da luta institucional diante da luta de massa, e na questão correlata da necessidade de uma ruptura revolucionária e da destruição do Estado burguês;

— a organização de um partido militante, de combate, organizado no interior da classe operária e das camadas populares;

— a formação de uma direção que unifique o conjunto dos setores revolucionários do partido, com um projeto de construção do PT como partido revolucionário, direção capaz portanto de organizar o enfrentamento das imensas tarefas que se impõem a partir destas definições.

d) Esta atualização da nossa avaliação do PT é importante fundamentalmente por duas ordens de razões:

— há uma clara tendência a partir de agora de mudança do tipo de debate a ser feito no interior do partido: passamos da predominância absoluta de discussões táticas para uma importância crescente de um debate mais estratégico. As discussões dos Encontros de 1987 revelaram isto: um peso importante da discussão de que tipo de partido revolucionário queremos construir, qual estratégia para a revolução brasileira, qual concepção de socialismo defendemos.

Até agora, tínhamos a definição de que não colocaríamos para disputa no PT nossas posições inteiras; julgávamos que sem um maior amadurecimento da vanguarda que compõe o PT, sem um maior desenvolvimento político, adotar definições mais estratégicas levaria ao estreitamento do partido. Agora, devemos passar justamente a colocar para discussão no partido nossas posições inteiras, lutar para influir na definição estratégica e programática do partido, levando em conta as diferenças regionais e os vários níveis de consciência existentes hoje no PT.

— nosso papel no interior do PT também deve sofrer uma mudança. Até ago-



ra éramos uma organização lutando para construir o PT e para criar as condições para a sua evolução futura rumo a um partido revolucionário. Estas condições começam a se acumular, embora ainda num quadro contraditório e transitório. Assim, nosso papel central deve ser de contribuir para criar a direção capaz de efetivar a passagem do PT a um partido revolucionário e de nos colocarmos em condições de contribuir decisivamente para a resolução dos grandes problemas de uma nova etapa do partido. Passamos portanto a uma situação de corrente organizada no interior do partido, estruturada para a resolução destas duas dimensões da construção do PT.

## 5—A construção de uma direção revolucionária para o PT

Nossa concepção de construção de uma direção revolucionária para o PT parte de duas idéias básicas:

— a DS nunca se considerou a única força revolucionária do PT, e sempre foi favorável à unificação dos setores revolucionários;

— sempre tivemos uma apreciação positiva da trajetória do núcleo de direção do PT (ainda que sempre tenhamos mantido divergências, e uma avaliação das suas insuficiências), e esta avaliação positiva se mantém com o início do processo de formação da “Corrente”, embora com elementos contraditórios.

Assim, nos congressos anteriores já definimos o objetivo de construção de uma nova direção para o partido, mas não no sentido de substituir no seu conjunto a direção atual, e sim no de realizar uma recomposição, unificando na direção os setores classistas do partido

Agora, diante das mudanças que analisamos nesta resolução, definimos com mais rigor: nosso projeto é lutar para a adoção pelo PT de uma concepção democrática de partido, de unidade dos revolucionários, e de unificar na direção do PT o conjunto dos setores que o constroem num sentido revolucionário. Isto significa incorporar com peso real na direção tanto representantes das correntes organizadas revolucionárias do PT, quanto os militantes que não se agrupam no interior do partido (os chamados “independentes”).

Hoje a Corrente é a tendência majoritária do PT a nível nacional e se destaca pelo seu peso social, pela sua representatividade. Mas não poderá construir sozinha o partido e nem apenas com a “ajuda” dos outros setores, que ficariam numa posição subordinada.

Para se consolidar como partido revolucionário, o PT deverá ter uma direção revolucionária construída a partir de um projeto político definido e que seja uma síntese das diversas posições e sensibilidades das diversas experiências, representando uma convergência real.

Desta forma, é fundamental continuar a luta contra práticas excludentes, hegemônicas, levadas a cabo por setores da “Corrente”. É fundamental defender a proporcionalidade nas Executivas. Para isto, além do esforço de convencimento da “Corrente”, é importante conseguir uma mudança da correlação de forças, aumentando o peso de outros setores além da “Corrente”, e especialmente o

nosso próprio, como tendência que tem uma compreensão mais clara das questões da construção partidária.

Nesta perspectiva poderemos fazer alianças contra a “Corrente” em muitas situações. Mas isso não significa que nossa postura seja de confronto sistemático com a “Corrente”. Ao contrário, nossa perspectiva é de unificação do coletivo partidário.

A questão da direção é sempre fundamental na formação de um partido revolucionário; mas é especialmente importante neste momento que o PT atravessa, no qual há uma contradição entre as resoluções aprovadas para a construção do partido e a sua realidade hoje, tanto organizativa quanto política: falta de organização na base, falta de uma intervenção centralizada, peso do eleitoralismo etc. Até agora foi possível para o PT avançar sem uma direção construída; com as tarefas que nos são agora exigidas, será cada vez mais difícil.

## 6—Relações internas ao PT, alianças internas

Dado o quadro interno do PT hoje não é correto procurar formar uma articulação permanente com outras forças. É fundamental que intervenhamos nos debates com nossas próprias posições, de forma mais clara possível; é fundamental que tenhamos uma postura de discussão com todos os setores, que forcemos o processo de desbloqueamento do partido.

Num contexto de desbloqueamento do PT, como o que vinha se dando antes do V Encontro Nacional, e que devemos lutar para retomar, o alinhamento automático com posições em disputas sectarizadas fica relativizado. Devemos dedicar um esforço especial ao trabalho de divulgação de nossas posições, de estabelecimento de contatos com os militantes de base do PT e quadros intermediários que não se filiam a nenhuma tendência no interior do partido.

Da mesma forma, devemos ter uma atenção especial ao trabalho comum com os setores da vanguarda sindical independente, com os quais já mantemos uma relação positiva no processo de construção da CUT. É uma prioridade especial o esforço de trazê-los para uma militância efetiva no PT.

Além disso, em um partido que consideramos que precisa ser construído como partido revolucionário, a questão da possibilidade de fusões com outras correntes organizadas é mais secundarizada. O central é a colaboração geral de todos na construção do partido, e neste processo temos de intervir com o nosso próprio perfil. A grande “fusão” que almejamos é a consolidação do PT como partido revolucionário.

No entanto, pode vir a ocorrer que tenhamos um grau de acordo com outra tendência do partido, que a questão da fusão se coloque antes da unificação geral do partido. O ritmo de integração entre as diversas tendências do partido pode ser desigual, possibilitando que, no interior de uma luta para construir uma direção revolucionária para o PT, algumas de suas correntes alcancem um grau maior de unidade do que o conjunto partidário. Mas neste caso, para chegar a uma fusão, o grau de acordo teria de ser muito grande, substancialmente maior do que o que julgávamos necessário para uma fusão em 1985. Neste momento, esta possibilidade não se coloca com nenhuma tendência.



As relações internas ao partido, as alianças, devem se orientar a partir de cada questão em discussão, de cada acordo específico.

b) Nos Encontros, temos maior identidade hoje com o PPS/PT pela base, com o PRC e com militantes independentes. É natural uma maior colaboração com estes setores, sobretudo em função da luta por uma direção que seja uma síntese de todas as correntes e setores, que não seja excludente. Tendemos também a ter um maior acordo tático, na visão da conjuntura, com estes setores. Com o PRC, é importante realizar uma discussão mais sistemática sobre a construção partidária, procurando contribuir para o processo de discussão vivido pelos companheiros.

c) Quanto às nossas relações com a "Corrente", podemos avaliar que, se houver uma consolidação de suas posições mais avançadas, se ela adotar uma prática realmente democrática no interior do PT, passa a existir a possibilidade de defendermos conjuntamente posições no interior do partido, de formarmos inclusive chapas conjuntas em Encontros. Isto dependerá naturalmente tanto destas questões de democracia interna e da visão geral do partido quanto do acordo tático nas propostas.

Por outro lado, até agora a tendência continua a ser a de prevalecerem situações em que a polarização se dá entre nós (em aliança com outros setores) e a "Corrente", sobretudo a partir do "hegemonismo" da "Corrente", da sua dificuldade de aceitar a convivência com outros setores do PT, da sua inclinação de se considerar como o próprio PT, da sua dificuldade de compreender o funcionamento democrático de um partido com o direito de tendência, etc. Estes problemas foram mais uma vez evidenciados no V Encontro Nacional.

d) Ainda com relação à "Corrente" é importante que, além de realizarmos discussões regulares com sua coordenação (além das discussões normais que se dão nas instâncias do partido), procuremos discutir com os seus vários setores, procurando conhecer melhor as suas posições e explorar as convergências existentes. Isso inclui o setor que se dissolveu de "O Trabalho", os setores ligados à Igreja etc.

e) Em relação ao MCR, temos uma situação contraditória: por um lado, temos divergências táticas importantes sobre a política de alianças a ser adotada pelo PT, sobre a defesa da independência de classe do partido; de outro, temos um grande acordo na defesa da democracia interna e na concepção de construção da sua direção, além de um acordo crescente na visão de construção do partido. Por fim, acumulamos com o MCR um nível de confiança política importante, que deve ser mantido e aprofundado.

f) É importante acompanhar a evolução do setor de "O Trabalho" que se mantém. Apesar das muitas divergências políticas, há hoje uma aproximação com nossas posições no que diz respeito ao tema da democracia interna dentro do PT, no debate sobre a regulamentação das tendências.

g) Devemos travar uma luta política com a CS no sentido de trazer esta corrente para a militância no PT. Se esta corrente superar seu sectarismo pode ter um pa-

pel importante na construção do PT. Esta superação, no entanto, é dificultada por sua ligação estreita com a LIT, que tem toda uma base política sectária consolidada.

A CS é hoje uma das correntes de esquerda marxista com maior base no movimento sindical. Tem um enraizamento social importante, uma acumulação antiga de quadros revolucionários: será efetivamente uma perda se tiver um curso de consolidar a sua marginalização do PT. E diante do avanço do partido, é com esta opção que será cada vez mais confrontada: superação do seu sectarismo e integração efetiva no PT ou marginalização.

## 7—Balanço da nossa política

A possível afirmação do PT como partido revolucionário seria, em grande parte, uma confirmação expressiva de nossas posições tradicionais sobre a construção do PT e de um partido revolucionário no Brasil: estaria realizada a evolução do PT para um partido revolucionário a partir de uma radicalização das lutas da classe, e do amadurecimento e radicalização de uma vanguarda operária e popular, por um lado, e da intervenção consciente de um setor de militantes revolucionários em direção a este objetivo.

Outra confirmação importante de nossa visão viria justamente do fato de que diversos setores revolucionários trabalhariam nesta direção: uma das nossas qualidades sempre foi, justamente, nunca nos julgarmos os únicos revolucionários do PT.

Além disso, podemos interpretar uma possível aliança entre a "Corrente" ou parte dela, a DS e outros setores em favor da construção do PT como partido revolucionário como o amplo reagrupamento no interior do PT, constituindo uma nova hegemonia, condição para uma avanço decisivo no desenvolvimento do PT.

Possivelmente, nosso maior erro na definição de nossas políticas para o PT tenha se dado na avaliação da corrente majoritária. Em geral, apontamos uma evolução positiva e isto tem se confirmado. Mas, por um lado, demoramos a avaliar o peso que setores marxistas tinham no seu interior e também demoramos a perceber o peso que uma formação estalinista apenas parcialmente superada tem para parte destes quadros. Naturalmente, esta corrente vem mudando: não tinha, de nenhuma maneira, por exemplo em 1983, o perfil político que tem hoje.

Em síntese, nossa política geral está se mostrando correta: a possibilidade de afirmação do PT como um partido revolucionário. Tivemos insuficiências, erros táticos, que ainda necessitamos avaliar melhor. Mas de qualquer maneira, no confronto com outras visões sobre o PT no início do seu processo de construção, não há dúvida de que levamos uma grande vantagem.



# Democracia Socialista, tendência do PT



## 1. Introdução

Quando passa a existir um projeto mais claro e definido de construção do PT como partido revolucionário devemos aprofundar a definição da DS como tendência partidária, aprofundar nossa integração ao PT.

A auto-definição como tendência partidária não é uma novidade para a DS. A própria fundação da organização teve como um de seus elementos básicos fortalecer o projeto do PT como via estratégica de construção do Partido Revolucionário. A DS não só inseria-se como parte integrante como também se colocava a tarefa de lutar para a maior unificação orgânica dos marxistas-revolucionários no interior do PT, com o objetivo de pesar decididamente na direção do partido que se construía. Já na formulação "O PT e o partido revolucionário no Brasil" (1981) enfatizávamos "o direito de tendência e de fração para todas as correntes".

O exercício da condição de tendência não depende, no entanto, unicamente da concepção partidária. Exige, obviamente, uma realidade partidária. E, por todo um período, o PT mostrou-se indefinido quanto ao seu (da sua direção) projeto, como um partido com grandes problemas de funcionamento. Isto implicou em limites à plena integração não só da DS como de outras correntes. A situação hoje é qualitativamente superior e por isso mesmo podemos tirar todas as decorrências de nossa definição original, desenvolver plenamente a condição de tendência.

Os avanços experimentados pelo PT ao nível de suas definições colocam as tarefas de construção partidária de forma distinta, num plano novo. No Caderno O Que é a Democracia Socialista, de dezembro de 1985, começávamos assim a definição de nossas principais propostas para o PT:

"Não achamos que seja possível uma transformação rápida do PT em um partido revolucionário: esta transformação deve corresponder a uma radicalização mais profunda de um setor mais amplo dos trabalhadores, à realização de experiências da luta de classes que permitam a assimilação de um programa revolucionário completo pelo partido.

Nossas propostas hoje vão no sentido de transformar o PT num partido operário independente, dirigente da luta dos trabalhadores."

O que se evidencia nessa passagem é que a luta para que o PT assumisse um programa revolucionário não estava na ordem do dia. Hoje, quando o próprio núcleo de direção do PT avança nessa direção, trata-se de nos colocar o problema de, como parte da direção deste partido, avançar em medidas concretas no sentido de construí-lo como um partido revolucionário.

Sem subestimar os problemas que o PT enfrenta para caminhar neste rumo, mas percebendo as novas tarefas — em particular a de construir a direção partidária capaz de impulsioná-las — a construção da DS também ganha novo sentido. De um processo que necessitava guardar uma importante autonomia relativa — porque o PT não podia absorver o conjunto de nossa proposta programática e porque as regras excludentes impostas pela direção majoritária limitavam a nossa integração à direção do partido — passamos a um outro, onde o nosso "horizonte" de construção é o mesmo que se coloca para o PT: tarefas políticas e



organizativas postas para um partido revolucionário de massas se viabilizar. Nessa situação, a autonomia de construção da DS é aquela necessária para impulsionar o desenvolvimento de uma direção partidária de caráter revolucionário. É um processo com ritmos, qualidade e avanços necessariamente superiores ao do partido como um todo, pois uma direção tem não só que sintetizar as diversas experiências do partido, mas ir à frente e dirigí-lo. Ao mesmo tempo, essa autonomia de construção — válida para todas as correntes empenhadas em ter um papel de direção do PT — se justifica e se torna ainda mais necessária no presente período que se caracteriza como de formação de uma direção revolucionária para o PT com *capacidade* de dirigí-lo e construí-lo como partido revolucionário. Lutamos, neste processo, para imprimir a maior influência possível das nossas posições à direção que se forma e ao partido, para que as posições do marxismo revolucionário predominem neste processo. Por isso, somos uma corrente que luta por uma direção partidária, junto com outras correntes, a partir do programa, da concepção partidária (incluindo, naturalmente, a questão da Internacional) e da experiência acumulada por uma corrente internacional, a IV Internacional. Que não se julga a única “revolucionária”, evidentemente, mas que julga sua contribuição, em todos os aspectos, imprescindível. E longe de ser uma avaliação auto-proclamada, a retiramos, em particular, das lições já fornecidas pela construção do PT, onde a presença da DS demonstrou-se necessária, coerente e mesmo decisiva em vários momentos da vida partidária.

Assim, colocar a questão do nosso pleno desenvolvimento como corrente partidária pressupõe manter e aprofundar o patamar orgânico e programático que já alcançamos, e ao mesmo tempo orientar este capital político para enfrentar as tarefas de construção — do PT e da DS — no novo patamar em que se encontram.

## 2. O projeto estratégico da DS como tendência do PT

O objetivo estratégico da DS, enquanto tendência do partido, é a construção do PT como partido capaz de dirigir a revolução no Brasil e dar início à transição ao socialismo. Para isto é óbvio que as atuais definições do partido são insuficientes. A própria construção partidária está ainda longe de conseguir responder às necessidades colocadas para uma vanguarda revolucionária no país. A construção do PT como partido revolucionário está ainda em sua fase inicial, na qual a diferença de qualidade com a situação anterior é a existência de um projeto nesse sentido que é majoritário na sua direção. Mas a construção de PT de combate, centralizado, dirigente, e sobretudo a construção de uma direção revolucionária para o partido que consiga sintetizar as contribuições de suas diferentes correntes e unificá-las no PT, em primeiro lugar na sua direção, são todos aspectos fundamentais que o partido está ainda longe de ter alcançado.

Há toda uma série de questões programáticas centrais do marxismo revolucionário que não foi integralmente assimilada pelo partido. A importância da auto-organização dos trabalhadores, com a conseqüente negação das práticas manipulatórias e burocráticas na relação do partido com a classe; a necessidade da hegemonia do proletariado na construção de uma alternativa à dominação burguesa; a democracia socialista na ditadura do proletariado, com o poder direto dos trabalhadores e o pluralismo partidário; a crítica ao estalinismo e às burocracias que expropriaram o poder dos trabalhadores nos estados operários bu-

rocratizados; a incorporação do feminismo; o internacionalismo, particularmente a necessidade da construção de uma internacional revolucionária de massas, são algumas das questões programáticas mais importantes pelas quais a DS luta no interior do PT. O programa da DS é o programa que ela apresenta ao PT, constituindo-se ao mesmo tempo em um programa identificado com as posições definidas pela IV Internacional. Nesse sentido, a DS delimita-se não somente como portadora de um determinado projeto para o PT mas também como parte de uma corrente internacional, inserida em um esforço consciente pela construção de uma internacional revolucionária de massas.

Por outro lado, a evolução do PT até que este assuma uma estrutura orgânica militante, um programa revolucionário mais completo e que se construa uma efetiva direção revolucionária para o partido não é espontânea e tão pouco a “Corrente” tem condições de dirigir sozinha este processo. Por isso mesmo, a DS se organiza para impulsionar a evolução do PT no seu conjunto, se organiza para intervir ativamente na construção do partido e em suas disputas internas.

## 3. Perfil da tendência DS

A DS se define como uma tendência partidária, organicamente inserida no PT. É uma organização política de militantes petistas que se baseia e procura desenvolver o marxismo-revolucionário, que aprofunda sua integração política e organizativa ao PT a partir de um patamar superior ao do conjunto partidário e, portanto, em condições de assumir um papel dirigente na sua construção, em condições de participar da direção partidária necessária para impulsionar o PT como partido revolucionário de massas.

A DS, a sua militância, deve desenvolver positivamente as questões de “ponta” postas ao desenvolvimento do PT. Em primeiro lugar, o desafio de construir um partido revolucionário a partir da ausência de tradição no país de partidos operários de massa, das frágeis experiências políticas e partidárias da vanguarda, mas também a partir dos ensinamentos atuais da luta de classes, do rico processo concreto de construção que vivemos e do capital político acumulado pela DS e outras correntes revolucionárias do partido.

É um processo complexo, necessariamente consciente, fruto da ação planificada da direção partidária, ou, se quisermos, da ação conjunta na direção do PT das correntes que se propõem este objetivo. Para responder positivamente aos desafios postos, sem sucumbir ao pragmatismo ou à diluição — em outras palavras, fazendo corresponder a uma maior integração orgânica ao PT uma base política mais substantiva — a DS necessita um maior enriquecimento programático, maior homogeneidade política e um nível de funcionamento mais avançado, maior capacidade de responder a difíceis problemas de construção do partido. E a condição para isto é, claramente, o seu fortalecimento. Um fortalecimento qualitativo e quantitativo.

A este velho problema, novamente colocado — a construção combinada do PT e da DS — respondemos não só com a maior integração ao PT como, simultaneamente, situando dois aspectos importantes de nossa construção: o fortalecimento qualitativo de uma estrutura de funcionamento democraticamente centralizada, que organiza os quadros partidários (quadros construtores do PT),



que desenvolve seu acúmulo programático (a nível nacional e internacional), que acumula experiências na construção partidária; e no esforço de conduzir e de lutar por uma ação do partido (do PT) no movimento e na luta de classes.

Devemos sistematizar a relação com uma camada ampla de petistas que querem ter um papel na construção do partido, que concordam com o programa geral da DS e que voltam sua ação para fazer avançar o partido nos vários níveis (núcleos, direções intermediárias, etc) e que, para isso, necessitam um grau maior de preparação e formação política.

#### 4. As bases políticas da DS

A DS se organiza como uma tendência que luta para capacitar o PT a se transformar no partido apto a liderar a revolução brasileira. Para isso é indispensável não só que o PT se estruture como um partido de combate, instrumento eficaz para a ação cotidiana da vanguarda (dos trabalhadores) e para a luta pelo poder, mas que ele adote definições políticas marxistas revolucionárias, uma estratégia para a revolução em nosso país e a nível internacional, portanto um programa muito mais desenvolvido que suas definições atuais. A política adotada pelo PT até agora tem caminhado em um sentido positivo, ainda que não linear, rumo a definições mais completas. Mas isto não foi fruto de nenhum processo "natural", cuja trajetória estivesse definida de antemão, mas resultado de disputas políticas, às vezes muito duras, onde a DS jogou um papel decisivo.

As definições políticas pelas quais lutamos e que procuraremos transmitir ao PT, representam uma delimitação programática completa tanto da social democracia como do estalinismo e podem ser resumidas nos seguintes pontos:

. Defesa intransigente da independência de classe do proletariado contra todas as formas de colaboração de classes;

. Necessidade do partido de vanguarda da classe trabalhadora que busca unificar todas as correntes revolucionárias e seja simultaneamente de massas e um partido de combate, dirigente das lutas proletárias e populares, características que lutamos para que o PT venha a adquirir plenamente;

. Defesa do regime do centralismo democrático no partido, com a mais ampla liberdade e democracia interna, inclusive o direito de tendência e fração, e total unidade na ação; funcionamento a partir da direção coletiva, atuação transparente e controle permanente das direções pelas bases; rejeição de toda concepção monolítica de partido e de formas burocráticas e administrativas de centralização e funcionamento legadas pelo estalinismo;

. Defesa da independência das atividades dos trabalhadores e dos movimentos sociais, em relação aos partidos políticos, à Igreja e ao Estado.

. Busca incessante da unidade de classe dos trabalhadores na luta contra a burguesia, oposta tanto às diferentes políticas de colaboração de classes, quanto às políticas sectárias que dividem o movimento em defesa da frente única classista e luta pela hegemonia do proletariado sobre as massas populares em combate permanente-as diferentes políticas burguesas;

. Combate aos riscos de adaptação do movimento operário e popular e suas organizações a institucionalidade burguesa e do partido ao parlamento burguês; rejeição da ação parlamentar como a forma privilegiada de luta política dos trabalhadores;

. Defesa de um sindicalismo independente, democrático, classista, de massas e de luta; rejeição tanto do sindicalismo de vanguarda, descolado da mobilização das amplas massas, quanto do sindicalismo reformista e despolitizador, restrito apenas as lutas econômicas;

. Reconhecimento da mobilização direta das massas como o método fundamental de ação política dos trabalhadores; defesa intransigente da democracia operária no movimento e impulso à auto-organização das massas trabalhadoras; combate a toda atuação paternalista, manipulatória aparelhista, hegemônica e autoritária no seio do proletariado, às ilusões de líderes salvadores e a toda forma de arrivismo e burocratização;

. Incorporação do combate contra todas as formas de opressões específicas criadas ou mantidas pelo capitalismo (opressão sexual, racial, etária, nacional, cultural) na luta revolucionária do proletariado contra a burguesia; valorização da luta pela libertação das mulheres, a mais antiga de todas as formas de opressão, como movimento de potencial revolucionário, anti-capitalista e anti-burocrático, e incorporação do feminismo pelo marxismo revolucionário, combate a toda forma de machismo, preconceito e discriminação na sociedade em geral e no movimento operário e popular em particular;

. Necessidade da conquista revolucionária do poder, através da destruição do estado burguês e construção de um estado proletário, baseado em organismos de poder e democracia direta das massas trabalhadoras;

. Valorização das reivindicações de transição — reivindicações sentidas como necessárias pelas massas, mas em geral inaceitáveis pela burguesia — como instrumentos de luta pelo poder; compreensão da importância que tem nos países atrasados em geral e no Brasil em particular as lutas e reivindicações democráticas na luta política dos trabalhadores e para a conquista do poder;

. Compreensão da revolução brasileira como um processo de revolução permanente: as questões democráticas (emancipação nacional, reforma agrária, democracia política, etc...) somente poderão ser asseguradas com a conquista do poder pelos trabalhadores, que simultaneamente o utilizarão para realizar tarefas socialistas; rejeição das diferentes formulações de revolução por etapas e qualquer forma de aliança estratégica com a burguesia "nacional" ou setores dela;

. Reconhecimento do caráter internacional (também daí permanente) da revolução socialista — que inicia no plano nacional, se desenvolve na área internacional e somente pode ser concluída no plano mundial — contra todas as teorias que advogam a construção do 'socialismo' num só país; reconhecimento do caráter internacional do processo de construção do socialismo;



. Reconhecimento das situações muito diferenciadas que compreendem hoje as sociedades em transição do capitalismo ao socialismo: apoio aos processos em que o movimento da revolução continua vivo, como Cuba e Nicaraguá, e suas limitações podem ser superadas por reformas; defesa da revolução política anti-burocrática nos países onde o processo de transição ao socialismo foi bloqueado pela cristalização da ditadura de uma burocracia totalitária sobre os trabalhadores (URSS, China, países da Europa oriental); defesa dos diferentes tipos de conquistas dos trabalhadores presentes nas distintas sociedades de transição frente as agressões imperialistas;

. Defesa do internacionalismo proletário e da unidade dos interesses de classe dos trabalhadores nos países imperialistas, nos países capitalistas dependentes e nas sociedades de transição; rejeição e denúncia das posições que identificam os interesses das burocracias que dominam diversas sociedades de transição como interesses gerais dos trabalhadores e da concepção 'campista' da política internacional do proletariado que vê a luta de classes no plano internacional como determinado pelo confronto entre o campo capitalista dominado pelo imperialismo americano e o "campo ou bloco socialista", liderado pela URSS; luta pela construção de um internacional revolucionária, que busque articular os partidos e os movimentos revolucionários do proletariado nos diferentes países e materialize política e organizativamente a unidade mundial do proletariado;

. Compreensão do socialismo não apenas como um regime econômico e social mas como uma forma de democracia qualitativamente superior ao do capitalismo, que assegure liberdade democrática e direitos políticos mais amplos que a sociedade burguesa (e não mais restritos como na maioria das sociedades de transição); rejeição e denúncia do regime de partido único e defesa da mais ampla liberdade para todos os partidos que aceitem a legalidade socialista; defesa da mais ampla liberdade sindical, de expressão, de organização e de culto; defesa da independência das organizações e movimentos de massa frente ao partido e ao Estado proletário e da clara delimitação entre o Estado e os partidos.

## 5. Uma tendência com estrutura leninista e uma corrente ampla

a) De todos os aspectos de construção do PT o que ele menos avançou desde a sua fundação foi a construção de uma estrutura capaz de organizar a sua militância para intervir na luta de classes. A estrutura de núcleos do partido é hoje apenas formal, com raras exceções. Os diretórios, até pela configuração determinada pela legislação partidária, são extremamente ineficazes para garantir a participação organizada nos movimentos sociais, enquanto que as secretarias não tem conseguido estruturar-se até agora como efetivas direções setoriais do partido.

A luta em torno dessas questões tem sido um dos centros de nossa intervenção no PT. Ao lado de um programa mais completo que o do partido e de uma homogeneidade política muito superior à do conjunto do PT, é nesse aspecto em que a diferenciação da DS em relação à estrutura partidária é mais clara. A estrutura orgânica centralizada é uma das bases para maior eficácia na luta de classes. E é especialmente da nossa centralização política e organizativa que não

temos porque recuar em relação ao patamar atual que alcançamos. Pelo contrário, a manutenção e mesmo o aumento de nossa centralização e homogeneidade são extremamente necessários e mesmo decisivos nessa nova fase de construção do PT.

b) Um dos argumentos mais usados contra a existência de correntes organizadas no interior do PT tem sido de que o centralismo e a disciplina dessas correntes choca-se com a disciplina e o centralismo do partido. Se isto é verdade em alguns casos, e não somente ou em geral para as correntes organizadas, mas principalmente para inúmeros dirigentes do partido que não participam de correntes ou organizações, para a DS não há contradição entre estabelecer disciplina e centralismo para seus militantes e respeitar a disciplina partidária. Isto porque:

— a DS centraliza seus militantes para intervenção no *partido*, para a defesa de posições internamente ao PT;

— a DS somente centraliza seus militantes para intervenção direta na luta de classes naqueles setores ou aspectos em que o partido não conseguiu ainda definir suas posições ou organizar o conjunto da militância para a intervenção de forma partidária;

— nas questões em que o PT toma posição, a DS encaminha as propostas majoritárias no partido, sempre que respeitada a democracia interna no processo de discussão e deliberação. Nos pontos em que o PT não adota posição a DS encaminha no movimento sua posição própria ao mesmo tempo em que luta para unificar as posições de todos os setores do partido.

A construção da DS como tendência do partido nos permite combinar dois elementos que são centrais para que tenhamos condições de aproveitar todo o potencial existente para o fortalecimento de nossa intervenção no partido não apenas nos níveis de direção mas na construção do partido como um todo, que são a estruturação definida de nossa militância, baseada no centralismo democrático, homogênea politicamente e armada com definições políticas e um programa mais definido do que o até agora adotado pelo PT e a organização de uma relação mais aberta com todos os militantes petistas que concordem com nossas posições políticas mais importantes e que se disponham a uma intervenção comum para a construção do PT, construindo uma corrente política para intervenção permanente no PT. A construção de uma corrente com estas características daria outra qualidade à nossa relação com os petistas que se identificam com nossas posições, permitindo multiplicar a força de nossas propostas e atuação, criando um quadro de reprodução da nossa política bastante além do que é nossa militância atual, o que permite o aumento da influência da nossa tendência, com a articulação e potencialização de toda a nossa base para a disputa e a luta de posições no interior do partido, que vai continuar por todo o próximo período. O crescimento da DS é, assim, um dos elementos mais importantes para a construção de uma correlação de forças mais favorável aos marxistas-revolucionários no PT.



## 6. Formação e imprensa

Para a DS, assim como na questão do centralismo, não há nenhuma contradição entre a existência da imprensa própria das diferentes correntes do partido, desde que com caráter interno ao PT, e o esforço dessas mesmas correntes para a construção da imprensa do partido em seus vários níveis, desde um jornal de massas até seus boletins internos, revistas teóricas etc. O argumento de que as correntes devem expressar-se somente através dos órgãos do partido é um equívoco nesse sentido. Em primeiro lugar porque os instrumentos partidários de imprensa não devem ser palco de constante luta interna, embora devam nas principais questões expressarem as diversas posições existentes, sobretudo nos períodos de discussão preparatória aos Encontros e convenções. E, em segundo lugar, por que o PT não construiu ainda os meios de fornecer ao conjunto das correntes do partido as condições materiais para que elas expressem-se somente pelos canais e instrumentos do partido

Quanto à formação política, é óbvio que se existe uma corrente organizada é porque ela possui um grau de identidade política própria, que é distinta em alguma medida às outras correntes do partido. Logo, se o esforço de formação política do partido deve ser assumido pelo conjunto das correntes e militantes, se deve expressar uma formação pluralista, isso não pode excluir que as distintas correntes façam sua formação política complementar à realizada pelo conjunto do PT. De outra forma, como poderia cada corrente formar politicamente os seus participantes naqueles aspectos em que elas possuem uma identidade política distinta, especialmente se distinta da corrente majoritária?

O esforço de formação política desenvolvido pela DS tem dupla característica: de participação nos organismos de formação política do partido, do esforço de construção desses organismos e, por outro lado, de realizar uma formação política própria, complementar à formação do partido, em torno de sua identidade própria e não se constituindo como alternativa à formação política do PT.

## 7. Medidas necessárias

a) O desenvolvimento da DS como tendência do PT, nas novas condições do partido, pressupõe um grau de integração orgânica à estrutura do PT bastante superior ao atual. Esta maior integração nos permitirá enfrentar de dentro do PT os grandes problemas de construção colocados neste período. Permitirá um relacionamento com o conjunto do partido — e não só com as correntes organizadas — e condições para sermos mais reconhecidos como dirigentes partidários.

b) Duas ordens de questões se destacam imediatamente neste esforço.

A primeira trata-se de uma maior integração de caráter "vertical", isto é, enquanto dirigentes da construção partidária em todos os seus níveis (desde a construção de núcleos, direções intermediárias, direções estaduais e nacional, etc). Esta medida tem um sentido fundamental tanto para fortalecer nossa

participação no partido como para capacitar nossas direções à elaboração política para o conjunto do PT e para nossa intervenção.

Este esforço, obviamente, não pode deter em uma integração nos níveis estaduais e nacional de direção do PT. Deve ser acionado de alto a baixo, procurando compatibilizar nossos níveis de direção interno com os diversos níveis de direção do PT. É necessário entender que estamos nos propondo a uma integração de conjunto da DS — e não apenas de nossos quadros mais destacados — e que, enquanto militantes que acumularam tanto em nível organizativo como político-programático, tem as condições de desempenhar funções dirigentes na construção do PT em seus vários planos.

A integração de militantes de direção da DS às instâncias dirigentes do PT bem como a integração de conjunto dos militantes da DS com um caráter dirigente no PT volta-se, na intervenção partidária, para construir coletivos com capacidade de direção, desenvolvendo métodos que favoreçam a síntese de posições no campo da construção do PT como partido revolucionário

A segunda prioridade imediata refere-se à questão da integração da militância sindical à atividade partidária. Para a DS esta é uma meta fundamental para alcançarmos bons resultados no conjunto da política de maior integração do PT, pois grande parte de nossa inserção e crescimento se dá no movimento sindical. Aí também temos condições de realizar uma destacada contribuição à organização partidária de toda uma vanguarda que se forjou nas lutas sindicais. A concretização desta meta não é uma tarefa fácil. O distanciamento entre a militância sindical e a construção partidária não é um problema específico da DS. É muito maior no PT tomado no seu conjunto. Mas é um aspecto decisivo da construção de um partido operário: os avanços do PT ao nível das definições já colocam na ordem do dia uma ampla reestruturação partidária na base, com prioridade para organização de núcleos militantes por local de trabalho, região ou categoria.

De outro lado, a resolução da questão sindical no PT não passa apenas por medidas de caráter organizativo. Mesmo sendo fundamentais devem estar vinculadas ao desenvolvimento da linha partidária de intervenção sindical, ainda incompleta. É necessário entendermos que a ação partidária no movimento sindical, a unificação progressiva das várias correntes petistas que atuam na CUT numa atuação de caráter partidário, servirão de poderoso instrumento para o avanço de conjunto da direção classista no movimento sindical e até mesmo para a superação (ou colocação em um plano mais elevado) de grande parte das acirradas disputas internas que se verificam entre setores petistas ao nível da CUT. Ao contrário de esterelizar divergências reais que tem se dado no campo da CUT, a construção da intervenção petista no movimento sindical possibilitará o debate mais claro e menos sectário entre as correntes do PT e a construção de



## A DS e o feminismo

A incorporação do feminismo como elemento essencial na luta pela construção do socialismo, a compreensão do papel que a opressão das mulheres cumpre na dominação capitalista e a necessidade da luta pela libertação das mulheres como um aspecto específico da luta revolucionária são parte do programa da DS e da IV Internacional.

Hoje temos necessidade de atualizar e aprofundar nossa elaboração sobre o feminismo, resgatando nossa experiência face a um novo período de desenvolvimento do movimento de mulheres e uma atuação agressiva da burguesia em relação às mulheres. Não retomamos aqui a discussão dos fundamentos da opressão das mulheres, já desenvolvida em outros documentos.

A incorporação do feminismo em nossa perspectiva e atuação revolucionária parte não apenas da compreensão do papel essencial da luta pela libertação das mulheres no processo de luta pela emancipação social mas também da necessidade do proletariado assumir a hegemonia da luta de todos os setores oprimidos e explorados pela sociedade de classes e pelo capital.

A opressão das mulheres, embora não tenha surgido com o capitalismo, foi assimilada por ele como um dos pilares de sua dominação. Manter as mulheres oprimidas e subordinadas permite diminuir os custos com a reprodução da força de trabalho; aumentar a exploração, rebaixando os salários da classe trabalhadora como um todo; manter uma divisão importante dentro do proletariado, facilitando a dominação e a exploração; assegurar a manutenção da família como um mecanismo essencial de assimilação da ideologia burguesa e patriarcal no seio dos oprimidos; e aumentar a situação de desumanização e alienação do proletariado, diminuindo com isso sua consciência como classe dominada e, portanto, sua capacidade de revolta.

A opressão das mulheres, mais do que as outras formas de dominação e opressão, é mantida e reforçada por mecanismos ideológicos essenciais à continuidade da desigualdade social, mas que têm sido pouco analisados e enfatizados pelo marxismo. O feminismo trouxe à tona a importância da dominação sexual como uma outra dimensão dos mecanismos de dominação que são desenvolvidos em diferentes sociedades: a *dominação patriarcal*, o cultivo do poder e da violência masculinos sobre as mulheres. E junto com isso trouxe a necessidade do combate permanente aos mecanismos ideológicos e sociais que dificultam que o proletariado assuma a luta pela libertação das mulheres como parte essencial de sua perspectiva revolucionária. O movimento de mulheres levanta reivindicações que questionam a forma específica que assume sua opressão sob o capitalismo, mas também combate a existência milenar de *privilégios* materiais, sexuais e afetivos que são desfrutados pelos homens de todas as classes devido a opressão das mulheres.

A organização das mulheres, a construção de um movimento de mulheres massivo, é condição essencial para garantir a incorporação de sua luta no combate à dominação de classes e no processo de construção do socialismo.

O avanço de nossa elaboração política, o aprofundamento da incorporação do



feminismo pela DS, o reforço de nossa intervenção política podem contribuir para impulsionar a assimilação do feminismo pelo conjunto do movimento operário e particularmente pelo PT, para a construção de um movimento de mulheres massivo, feminista e socialista.

Um passo fundamental nesse sentido é a superação de nossas próprias limitações em relação ao feminismo. Apesar de sermos a corrente política do PT que mais valoriza este tema, a incorporação pelo conjunto da nossa tendência tanto da necessidade de construção do movimento de mulheres quanto dos questionamentos levantados pelo feminismo em relação aos valores e comportamentos machistas e patriarcais é ainda débil. Continua a existir uma contradição entre nossas definições políticas e a nossa intervenção no movimento de mulheres, por um lado, e as dificuldades de assimilação deste aspecto do nosso programa na prática da nossa militância, no seu cotidiano e na sua relação geral com a política.

A superação dessa contradição é um elemento central na nossa construção enquanto militantes revolucionários, coerentes na teoria, na prática, na vida, com a luta contra todas as formas de opressão e exploração. Essa superação exige medidas concretas para o desenvolvimento do trabalho no movimento, que impulsionem o desenvolvimento político das mulheres e possibilitem que a DS, em seu conjunto, incorpore o feminismo em sua militância cotidiana.

## I — A assimilação do feminismo

Os elementos que dificultam a assimilação do feminismo por uma corrente revolucionária e pelo movimento dos trabalhadores são de várias ordens. Desde a ausência de uma tradição mais elaborada do marxismo em relação à questão da opressão das mulheres, a novidade que representa o caráter feminista desenvolvido pelo movimento de mulheres a partir dos anos 60, até a profundidade dos questionamentos feministas às formas e estruturas de *dominação de gênero*, exigindo um combate cotidiano — também a nível pessoal — às manifestações dessa opressão.

Do ponto de vista mais imediato, esta assimilação depende fundamentalmente de três aspectos: da pressão objetiva exercida pelo movimento de mulheres, cobrando do movimento operário e de sua vanguarda organizada a incorporação de sua luta no combate dos trabalhadores a todas as formas de opressão e exploração; da capacidade política desta vanguarda responder a esta exigência, construindo a unidade de todos os setores oprimidos da sociedade na luta contra o capital; e do nível de organização, determinação política e consciência feminista das mulheres presentes nesta vanguarda, desenvolvendo o combate permanente pelo feminismo no seu interior.

A assimilação do feminismo significa, em primeiro lugar, sua incorporação programática como um elemento essencial de um projeto revolucionário de construção do socialismo. Em segundo lugar, a compreensão de que para a integração do feminismo nesse projeto é essencial a construção de um movimento autônomo de mulheres. Em seguida é preciso ter claro que o proletariado, inclusive seus setores mais conscientes, sofre as conseqüências de viver em meio a uma sociedade marcada pelo machismo e que não está isento de discriminar e

ter preconceitos. Isto exige medidas efetivas de combate a estas manifestações, inclusive favorecendo o desenvolvimento político das mulheres. Em quarto lugar, compreender a *contradição gênero-classe* em função dos privilégios masculinos e, portanto, a exigência da luta ideológica e das transformações pessoais. E, finalmente, a assimilação do feminismo significa sua incorporação como tarefa do conjunto dos militantes revolucionários e a responsabilidade das direções na sua implementação.

A quebra da resistência ideológica ao feminismo, isto é, um avanço na sua compreensão como parte do programa; do objetivo revolucionário, leva a uma diminuição do preconceito em relação não apenas ao trabalho de organização das mulheres mas também em relação às formas como se manifesta a discriminação das mulheres nas relações pessoais e na militância política. A persistência de forma marcante, de manifestações de incompreensão desta questão como uma questão política, estão em geral associadas à resistência a um questionamento mais profundo de valores e comportamentos. Isso repercute na visão e importância que se dá ao trabalho de organização específica das mulheres em diferentes setores.

O trabalho de intervenção no movimento esbarra ainda, também de forma diferenciada, em duas incompreensões básicas: sobre a necessidade de construção de um movimento autônomo de mulheres e o caráter mesmo de sua opressão, que é a base política para a orientação sobre o tipo de movimento que queremos construir. A visão da opressão das mulheres, apenas como uma derivação da opressão de classe, leva à negação do caráter específico desta opressão e, muitas vezes, a uma visão utilitarista do movimento de mulheres, apenas como reforço das mobilizações e reivindicações gerais do proletariado. Ao dizer movimento de mulheres independente e autônomo não queremos dizer que seja independente das necessidades da classe trabalhadora ou da luta de classes. Pelo contrário, apenas a fusão dos objetivos e das reivindicações do movimento de mulheres com as lutas da classe trabalhadora possibilitarão a unificação das forças necessárias para alcançar os objetivos das mulheres. Queremos dizer que o movimento está organizado e dirigido pelas mulheres; que toma a luta e os direitos das mulheres como sua primeira prioridade, negando-se a subordinar esta luta a qualquer outro interesse; que não está subordinado às decisões ou às necessidades de qualquer tendência política ou qualquer outro grupo social; que constrói seus próprios instrumentos para levar a cabo esta luta e junto com as forças que se demonstrem necessárias. É dentro desta visão que podemos construir um movimento de mulheres realmente forte e unitário, capaz de integrar na luta pela construção do socialismo a eliminação de uma forma de opressão milenar que foi apropriada pelo capitalismo.

Se, por um lado, houve avanços na compreensão da necessidade de organizar as mulheres em diferentes setores — no trabalho sindical, no trabalho rural, no movimento popular ou no PT, embora ainda seja muito frágil a compreensão da necessidade de construção de um movimento de mulheres autônomo e do esforço indispensável para atingir este objetivo — o aspecto onde menos houve avanços é, sem dúvida, no desenvolvimento de uma política consciente de combate às manifestações de preconceitos e desigualdades existentes entre os próprios revolucionários e de reforço à iniciativa e participação política das mulheres.



explicado por fatores de várias ordens. Do ponto de vista econômico, o elemento mais importante foi o crescimento da economia do início da década de 1970, que expande o mercado e a demanda de mão-de-obra feminina, possibilitando uma super exploração pelas suas características de adaptação ao mercado de trabalho. Junto com isto há uma mudança no padrão de aceitação do trabalho feminino, ampliando suas possibilidades de emprego e possibilitando a entrada de mulheres em setores tradicionalmente masculinos. Um outro elemento importante é o aumento do nível de escolaridade das mulheres que amplia os seus horizontes sociais, criando também uma situação diferenciada para a entrada no mercado de trabalho. Em certa medida a difusão de métodos anticoncepcionais atua como um fator que permite que as mulheres, ao controlar a sua fecundidade, aumentem as possibilidades de compatibilização das responsabilidades familiares com o trabalho fora de casa, ao mesmo tempo que, por sua vez, a entrada no mercado de trabalho pode atuar com um elemento que modifica o padrão de fecundidade das mulheres.

Não se pode deduzir um automatismo entre o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e o ritmo do processo de sua libertação. Para as mulheres o direito ao trabalho, fora de casa, significa também o acúmulo com o trabalho doméstico e, portanto, um sobretrabalho extenuante na medida em que não vem acompanhado do aumento dos equipamentos e melhorias sociais. Além disso, a forma como se dá sua absorção pelo mercado é caracterizada pela superexploração e o aproveitamento pelo capitalismo do seu processo submisso de educação e socialização. Entretanto, o fato de trabalhar fora é um elemento essencial e condição necessária, embora não seja exclusiva ou suficiente, para o rompimento de sua subordinação e dependência pessoal em relação aos homens. Além disso, este é um elemento de importância significativa como gerador de mudanças na estrutura familiar patriarcal.

As relações familiares são o principal mecanismo que condiciona e organiza o processo da entrada das mulheres no mercado de trabalho e nos outros campos da vida social. Os dois elementos mais significativos são o número de filhos e o estado conjugal. À medida que decai o número de filhos por mulher, aumentam as suas condições de saída do universo estritamente familiar, principalmente no caso da população urbana. E embora haja uma maior proporção, no total geral de mulheres no mercado de trabalho, de mulheres solteiras, comparando-se o número de mulheres casadas, solteiras, e separadas ou viúvas, no total da população são as mulheres separadas ou viúvas o setor que proporcionalmente está mais integrado ao mercado de trabalho — 43%. A explicação evidente é o fato de arcarem com as responsabilidades do sustento da família, Acompanhando a existência de um tipo de relações familiares mais tradicionais que incidem sobre as relações de trabalho, a situação é inversa no campo, onde o número de filhos não é determinante na participação no trabalho fora de casa e as mulheres casadas, inclusive pela disseminação de contratações da mão-de-obra familiar, são o setor majoritariamente integrado ao trabalho fora de casa. Na década de 1980 permanece, de forma acentuada, a queda da taxa de fecundidade, tanto no campo quanto na cidade. Em 1970 a média nacional era de 7,5 filhos para a população feminina em idade reprodutiva, caindo para 4,35 em 1980 e 3,53 em 1984.

As formas como se expressam a subordinação das mulheres, do ponto de vista das transformações culturais e ideológicas, caracterizam um processo de mudança da ideologia patriarcal e, portanto, nas manifestações do machismo que em vários aspectos passam por um processo de redefinição e até mesmo de alguma sofisticação. Na verdade o movimento de mulheres, ao desenvolver uma luta significativa de denúncia da violência contra as mulheres, da forma como se realiza o controle sobre a sua sexualidade e o seu processo reprodutivo, e das diferentes formas como se expressam a sua subordinação e opressão, trouxe à tona um elemento novo no questionamento da situação da mulher na sociedade. Mas permanece ainda um processo de apropriação pela ideologia burguesa e, do ponto de vista individual, pelos homens, dos vários aspectos em que as mulheres buscam maior autonomia. As mudanças de comportamento na esfera sexual, resultantes da difusão dos métodos anticoncepcionais, da luta das mulheres pelo direito ao exercício da sexualidade sem subordiná-la à reprodução, representam, um aspecto importante, do ponto de vista das mulheres, no rompimento com os valores patriarcais. Isto não impede, entretanto, que do ponto de vista masculino haja uma apropriação utilitarista da mudança de comportamento das mulheres, acentuando a ausência de responsabilidade masculina na questão da paternidade ou na construção das relações pessoais. Da mesma forma, os meios de comunicação difundem a visão de que a liberdade sexual é um elemento a mais a ser oferecido pelas mulheres. É mesmo esta realidade é extremamente contraditória para as mulheres nas diferentes camadas sociais. Para a maioria da população feminina, permanecem no fundamental as relações pessoais tradicionais, com total controle masculino sobre a sua sexualidade e a responsabilização solitária, com todos os riscos para a sua saúde, sobre o controle da reprodução.

De maneira geral não há mudanças estruturais no papel da mulher na família, na situação do trabalho doméstico, na responsabilização pelo cuidado com os filhos, no seu papel na reprodução da força de trabalho e do conjunto da sociedade. As mudanças na situação da mulher na sociedade brasileira se restringem fundamentalmente a algumas formas de comportamento e em mudanças no seu direito formal de cidadania. Estas transformações são importantes pois ampliam o espaço da sua construção individual, dos seus direitos individuais e a ampliação dos seus horizontes para além da esfera familiar. No entanto, são mudanças que não conseguem de fato modificar nem mesmo os aspectos mais brutais da subordinação das mulheres. Permanecem aceitas como parte do cotidiano a violência doméstica, o estupro e a violência sexual dentro das relações conjugais ou na rua; incentiva-se cada vez mais a utilização machista e a exploração do corpo feminino; o aborto permanece clandestino e o desrespeito à autonomia das mulheres se manifesta na forma autoritária como milhares de mulheres são esterilizadas.

### III — A transição burguesa e a política do Estado frente às mulheres

Até meados da década de 1970, do ponto de vista do Estado, as mulheres praticamente não existiam como um setor social que merecesse alguma forma de atenção diferenciada. Até esse período, mesmo em relação à questão do controle



populacional, o governo brasileiro orientava sua atuação pela negação de uma política oficial, embora já começasse a ser conivente com a atuação de entidades privadas de planejamento familiar. É no período já de crise da ditadura que a atenção governamental se volta para a necessidade de se ter políticas específicas em relação as mulheres. Este período coincide com o processo de organização do movimento de mulheres com caráter feminista e com o aumento da participação das mulheres nos diferentes movimentos sociais. Mas a política que começa a se esboçar no governo não parte das reivindicações das mulheres; ao contrário, entra na pauta governamental a partir da discussão aberta pelos setores militares sobre a necessidade de implantação de uma política oficial de controle da natalidade, no período do governo Figueiredo.

É no período posterior as eleições de 1982 que começa a se esboçar uma política do Estado mais globalizante em relação às mulheres. Isto se deve ao avanço das posições conquistadas pelo PMDB no processo de transição e à necessidade criada, também a partir do ascenso do movimento de mulheres, de respostas a uma situação social onde vinha à tona de forma mais pública a situação de discriminação das mulheres.

O desenvolvimento de uma política em relação as mulheres se insere em um quadro de busca de modernização das formas de dominação burguesa, onde é importante desenvolver políticas que objetivem a neutralização da organização independente dos diferentes setores do movimento social, buscando cooptar parte desses movimentos e assimilar e neutralizar parte de suas reivindicações. O movimento de mulheres no final da década de 1970 e início dos anos de 1980 criou uma pressão que, embora de forma limitada, passa a cobrar respostas coerentes com a mudança no papel da mulher. O impacto criado por este movimento sobre a opinião pública mais progressista, setores da intelectualidade e setores médios, repercute nos meios de comunicação e desta forma atinge também os partidos políticos. Dentro do PMDB, que neste período englobava também o PCB e o PCdoB, tem um papel importante a presença de setores do movimento de mulheres que vão exigir do partido que incorpore as reivindicações do movimento de mulheres na sua plataforma política. Ao mesmo tempo a luta das mulheres se identificava com um processo mais amplo de luta pelos direitos de cidadania que se desenvolveu no final da ditadura. As mulheres também vão disputar os espaços de participação política, vão se fazer mais presentes nas mobilizações sociais, constituindo-se como um setor social específico que tem reivindicações próprias e que vai ampliando suas formas de organização.

Ganha um peso significativo a luta pela ampliação dos direitos de cidadania. Grande parte desta luta é centrada nas exigências de se igualar os direitos formais entre homens e mulheres, o que pressupõe, também, mudanças na legislação que formaliza a subordinação da mulher ao homem. No período da Constituinte, estas reivindicações são mais trabalhadas a partir de um envolvimento mais massivo das mulheres; mas, em grande parte, as reivindicações de mudança na legislação se fazem a partir de iniciativas individuais ou de pequenos grupos de mulheres.

Uma mudança mais efetiva da situação das mulheres exige mudanças estruturais que não se enquadram nas prioridades políticas e econômicas do governo da "Nova República". As políticas desenvolvidas pelo Estado que têm maior incidência sobre a situação concreta de vidas das mulheres correspondem basicamente

às áreas em que a burguesia tem interesses claros, mesmo que de alguma forma estas políticas se cruzem com as reivindicações levantadas pelo movimento, como é o caso da política de planejamento familiar. Mas não se pode negar que a burguesia, através do aparelho do Estado, com a instituição dos Conselhos da Condição Feminina, tem sido mais ágil na busca de respostas que garantam sua hegemonia sobre importantes setores do movimento, sem encontrar uma contrapartida decidida por parte dos setores combativos do movimento dos trabalhadores. A fragilidade organizativa do movimento de mulheres e os conflitos e contradições que permanecem na sua relação com os diferentes setores do movimento operário organizado e dos seus partidos permite que a burguesia tenha um espaço privilegiado para buscar agir de forma agressiva como defensora das reivindicações das mulheres e até mesmo intervindo no seu processo de organização e articulação.

## 1. A ação do Estado

A ação do Estado em relação às mulheres tem se orientado na formulação de dois tipos de respostas: estabelecimento de estruturas governamentais específicas (os Conselhos da Condição Feminina) e a definição de políticas setoriais. Dentre estas políticas destacam-se: projeto de planejamento familiar, atendimento à mulher nos casos de violência e assistência e orientação jurídica. Até o momento não existe qualquer política que se relacione diretamente com o trabalho doméstico.

### a) Os Conselhos

Os Conselhos da Condição Feminina, ou Conselhos dos Direitos da Mulher, passam a ser uma instituição freqüente nos governos da "Nova República", em especial dos governos do PMDB, a partir de 1983. Além do Conselho Nacional foram criados vários conselhos estaduais e a nível municipal. Sua criação corresponde a uma certa institucionalização dentro do aparelho do Estado de órgãos consultivos que, cumprindo um papel formal de assessoria ao Executivo, procuram orientar o desenvolvimento de ações políticas dos outros órgãos do Estado em relação às mulheres. Na verdade sua atuação é subordinada às políticas definidas pelos outros órgãos do Estado cabendo aos próprios Conselhos, do ponto de vista público, um papel de propaganda contra a discriminação da mulher, o que se articula também com a propaganda da democratização dos governos da "Nova República". É importante salientar que a criação de órgãos específicos para o tratamento da questão das mulheres, em que pesem suas limitações, representa um elemento progressista dentro da política da burguesia. Não é por acaso que em vários aspectos os Conselhos esbarram em uma relação conflitiva dentro do aparelho do Estado e têm dificuldades de levar a cabo uma política de real integração das reivindicações fundamentais das mulheres.

A composição dos Conselhos tem sido até o momento basicamente de militantes do movimento de mulheres ligadas ao PMDB e, em menor medida, ao PCB e PCdoB. No entanto, não é incomum a abertura de espaço para mulheres independentes ou de partidos diferentes do partido majoritário no governo. Enquanto permanece uma tentativa de buscar uma composição mais progressista muitas vezes tem sido o caso de se buscar envolver o PT.



Para o movimento de mulheres a contradição na ação política dos Conselhos transparece mais claramente nas questões que se chocam com os aspectos conservadores da ideologia e da moral burguesa, como foi o caso da questão do aborto na Constituinte, onde o Conselho Nacional não pôde aparecer explicitamente como defensor da legalização do aborto. Delimitados por suas alianças partidárias e sujeitos a pressões diretas dos Executivos, os Conselhos tendem a acompanhar, na sua composição e orientação política, a correlação de forças presente nos governos da "Nova República".

Os Conselhos desenvolvem, em geral, uma relação ambígua com o movimento. Em várias situações buscam atuar no sentido de articular o movimento de mulheres, às vezes confundindo a estrutura do Conselho com os fóruns próprios do movimento. Nos locais onde o movimento está menos construído pode haver uma tendência de substituição de suas iniciativas autônomas pela atuação através dos Conselhos. A sua relação com o movimento de mulheres cumpre em certa medida um papel de aumentar a força de pressão destes órgãos dentro do aparelho de Estado. Uma vez que a sua política se subordina a de outros órgãos do Estado e a sua dotação de verbas não lhes permite desenvolver políticas próprias que signifiquem uma mudança nas prioridades econômicas do governo, seu papel para a definição de políticas do Estado se restringe de fato à pressão e à colaboração em aspectos parciais destas políticas — treinamento de pessoal, elaboração de documentos, etc. Uma outra área importante da sua atuação é a propaganda da questão da mulher, onde tem tido um papel importante a difusão do conhecimento da legislação em seus diferentes aspectos.

Ao delimitarmos o papel dos Conselhos como órgãos do aparelho de Estado e portanto defendermos a autonomia do movimento em relação a eles, não negamos que a sua criação representa um aspecto progressivo. A postura do movimento frente aos Conselhos deve se pautar em primeiro lugar pela garantia da autonomia política e organizativa do movimento de mulheres. Qualquer forma de vinculação orgânica do movimento aos Conselhos, e mesmo a abertura dos seus fóruns para a participação de uma instituição do Estado, compromete a construção independente do movimento de mulheres. O movimento não deve colocar suas estruturas como instâncias de "colaboração" com os Conselhos. Nossa atuação frente a eles é de cobrança da sua coerência com a plataforma que se propõe a defender, de garantir que as reivindicações das mulheres levantadas pelo movimento estejam presentes na sua atuação. E desta forma pressionando para que os Conselhos avancem nas suas posições.

Os aspectos mais decisivos da política do Estado em relação as mulheres, que são as políticas específicas setoriais, se desenvolvem no fundamental à margem dos Conselhos. Sua atuação em geral limitada à assessoria na elaboração de projetos tem cumprido um papel muito mais de propaganda do que na efetiva implementação dessas políticas. Uma vez que se baseiam na elaboração acumulada pelo movimento de mulheres, possibilitam a integração de um discurso feminista que encontra sérias limitações na implantação de projetos, que ficam a cargo de outras secretarias e ministérios.

## b) Política de planejamento familiar

A política de planejamento familiar do governo responde a uma pressão internacional de diminuição do crescimento populacional nos países dependentes e à orientação política de alguns setores do governo que, buscando a redução da pressão social sobre o Estado, atribuem ao controle da natalidade um papel central no desenvolvimento econômico do país.

Com avanços e recuos, esta discussão tem estado na mesa do governo desde meados da década de 1970. Mas só em 1983 o governo Figueiredo, pressionado pelas negociações com o FMI e setores das Forças Armadas, começou a definir uma política mais agressiva. É nesse período que nasce o Programa de Assistência à Saúde da Mulher (PAISM).

Como resultado de pressões de organizações de mulheres, dos trabalhadores de saúde e, dentro do próprio governo, das mulheres do PMDB, o plano evoluiu, propondo-se como um programa global, com um discurso avançado de atendimento de saúde. E o primeiro grande empecilho encontrado é a precariedade da rede de saúde pública e a escassez de verbas para adaptá-la às exigências que tal atendimento pressupõe.

Desde 1965 tem havido uma queda constante da taxa de fecundidade no Brasil, em função do aumento de uso de métodos anticoncepcionais, da prática do aborto e das esterilizações femininas. O investimento no controle da natalidade se iniciou como um processo desenvolvido por clínicas privadas, em vários Estados como o apoio tácito ou até mesmo através de convênios com os governos. A partir de 1983, o governo federal, assumindo a direção do processo, não se contrapôs, entretanto, à atuação das clínicas privadas, tratando-se na verdade de um processo de colaboração entre os diferentes organismos. Os aspectos mais violentos da política de controle da natalidade são a disseminação da esterilização e o desenvolvimento de pesquisas de novos métodos anticoncepcionais sem qualquer controle governamental. Na ausência de orientação e acesso ao uso de outros métodos, pressionadas pela necessidade de um método eficaz, isoladas na responsabilidade do planejamento familiar devido a omissão masculina frente a esta questão, e frente a uma situação econômica cada vez mais deteriorada, as mulheres são induzidas a eliminar os riscos de uma gravidez indesejada de forma definitiva; ainda mais que o recurso ao aborto é dificultado pela sua ilegalidade. A grande maioria das esterilizações é feita pelo Estado, através do INAMPS, embora o governo não tenha regularizado a sua utilização, o que significa um custo adicional paralelo para as mulheres e o recurso abusivo às cesarianas.

A política de controle da natalidade desenvolvida no Brasil é subordinada aos interesses da grande indústria médica e farmacêutica nacional e internacional. Existem hoje no Brasil cerca de 135 entidades privadas de planejamento familiar, e quase sua totalidade trabalha com financiamentos estrangeiros, fundamentalmente norte-americanos, canadenses e japoneses, que somente no período de 1979 a 1983 investiram cerca de US\$ 35 milhões nos programas de planejamento familiar no Brasil. Seu alvo principal são as camadas de população de mais baixa renda. O programa da BEMFAM, a principal rede de clínicas no Brasil, é o maior programa de planejamento familiar privado a nível mundial.

A clandestinidade do aborto é o indicador mais claro da total ausência de



paço nos meios de comunicação e atingem mesmo as regiões onde não chega a se estruturar o movimento e por ação direta dos grupos feministas chegam às mulheres da periferia que já eram, então, um setor importante da composição do movimento popular.

Estes grupos feministas — limitados no seu projeto, no sentido de não terem desenvolvido uma política geral de construção do movimento de mulheres, resistentes às formas tradicionais de organização do movimento operário, e com uma influência fortemente autonomista — sofreram, entretanto, um esvaziamento progressivo do seu papel, num processo que culminou com o desaparecimento da maioria desses grupos até 1982.

A esquerda em geral, e as organizações de esquerda, mantiveram uma incompreensão da importância do movimento, muito embora um setor bastante grande deste movimento feminista comece desde o início do processo de formação do PT a se identificar com o partido. Da mesma forma o movimento sindical se manteve refratário às influências do movimento de mulheres. Neste quadro, as forças políticas organizadas que tinham intervenção no movimento eram setores reformistas ligados ao PCB, PC do B e MR-8.

## 2. O processo de dispersão do movimento feminista

A partir de 1981 as divisões políticas e partidárias definidas pela postura frente ao projeto de transição burguesa já demonstram claramente seu impacto sobre o movimento de mulheres, dividindo o movimento em dois grandes campos que passam a ter uma identificação geral com o PT ou com o projeto do PMDB. Associado à crise dos grupos feministas, o movimento autônomo de mulheres acompanha o processo político de alguns outros movimentos na transição: o setor petista se desarticula e o setor peemedebista, incluindo o PCB e PC do B, se integra à política da "Nova República". O MR-8, com suas federações de mulheres, praticamente desaparece do movimento, ressurgindo em momentos pontuais mas já sem peso de articulação e só vão retomar sua ofensiva em 1988, com o apoio de setores do PMDB, através dos governos estaduais, com a reestruturação de federações estaduais e a formação da Confederação das Mulheres do Brasil.

A inexistência de um projeto estratégico para o movimento de mulheres por parte dos grupos com a influência autonomista, se por um lado limitou o processo de construção do movimento de mulheres, por outro lado foi importante para minar e barrar os projetos aparelhistas do PC do B e principalmente do MR-8.

No entanto, o período anterior havia deixado uma influência razoável em alguns setores do movimento popular, permitindo o desenvolvimento de organizações de mulheres que combinavam, de formas variadas, as lutas do movimento popular com a questão das mulheres.

Abre-se um espaço maior para a entrada da ideologia feminista nas organizações de mulheres dos setores populares, seja em função da atuação individual de militantes feministas que viveram a experiência do período anterior, seja pela repercussão do questionamento da discriminação das mulheres que a luta feminista, embora de forma difusa, conseguiu ampliar. É neste campo que o PT man-

tém e desenvolve sua influência política.

Durante vários anos, do ponto de vista de organizações de massa, o movimento popular representou quase que o único setor onde encontramos mulheres organizadas. Entre 1980 e 1985 multiplicaram-se os grupos de mulheres nos bairros que, cada vez mais abriam a possibilidade de combinar mobilizações sobre questões básicas de sobrevivência e condições de vida com elementos das reivindicações específicas como mulheres. Este setor ainda se constitui como o campo mais massivo do movimento autônomo de mulheres, embora seu processo de desenvolvimento político-feminista seja lento e encontre limitações mais imediatas tanto em relação à questão da família — sua composição básica é de donas-de-casa — quanto em relação às dificuldades próprias de organização do movimento popular.

Ainda neste quadro se destaca a participação das mulheres nos diferentes setores do movimento popular. Em geral, as mulheres são majoritárias na base social destes movimentos, onde se organizam por reivindicações ligadas às condições de vida, sem construírem nestes movimentos sua identidade como mulheres. No entanto, o próprio processo de se organizar, de se mobilizar, já as coloca em contradição com seu papel tradicional de mãe, esposa e dona-de-casa, e abre campo para que se possa desenvolver sua consciência da opressão de gênero. Às vezes, o surgimento de uma entidade de mulheres (Casa da Mulher ou Associação de Mulheres, isto é, uma entidade do movimento autônomo de mulheres) pode se combinar com a atuação das associações de moradores, de usuários de transporte, etc, incorporando na atuação das mulheres neste movimento um início de consciência feminista; em outros casos este trabalho pode se desenvolver através da organização de comissões de mulheres dentro destas entidades.

## 3. A situação atual do movimento

O crescimento das organizações de mulheres vinculadas ao movimento popular permite um processo de remassificação do movimento de mulheres, com uma mudança de composição social do movimento, onde os setores de periferia, donas-de-casa, passam a constituir uma base importante de organização das mulheres. Em grande parte, este movimento proveniente do trabalho de organização ligado à Igreja, ou ainda mantendo vinculações com este trabalho, corresponde a uma expansão dispersa do movimento de mulheres tanto do ponto de vista político quanto organizativo. Em geral não se desenvolvem formas de organização unitária ou lutas gerais de massa. Por outro lado, a ausência de uma vanguarda feminista para o movimento, uma vez que se desarticularam os setores vinculados aos grupos feministas, contribuem para que haja um rebaixamento da compreensão do feminismo no movimento. De certa forma começam a se gestar propostas novas de integração da luta das mulheres com o movimento popular, onde as questões relacionadas à opressão específica têm uma presença muito mais fluida. Esta mudança no movimento coloca, por um lado, um potencial de construção de um movimento de mulheres massivo e enraizado, ao mesmo tempo em que aumenta os desafios de introduzir neste movimento a consciência da opressão específica.



Se no início da década de 1980 se desenvolveram algumas iniciativas de organização das mulheres dentro do movimento operário organizado no campo sindical, é neste setor onde houve o processo mais frágil de acumulação política, e é só a partir de 1986 que se retoma a organização mais ampla das mulheres no movimento sindical.

Os Encontros Nacionais Feministas são quase que a única forma de contato entre as feministas dispersas no movimento, que se formaram nos grupos autônomos. Estes Encontros, entretanto, no período entre 1981 até 1985, ficam bastante restritos a um pequeno número de mulheres que, em geral, não buscam manter vínculos orgânicos com as mulheres organizadas no movimento popular. Em 1985, o Encontro Nacional Feminista aglutinou cerca de 150 mulheres, saltando para mais de 500 no ano seguinte e, em 1987, para cerca de 800 mulheres. Esta é uma dinâmica que se repete também a nível Latino Americano. A realização do terceiro Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, em São Paulo em 1985, teve uma repercussão importante no movimento de mulheres no Brasil. A presença neste Encontro de um grande número de mulheres provenientes do movimento popular possibilitou que uma grande parte delas pudesse ter pela primeira vez desde o início da década a experiência de participação em um fórum feminista amplo. A realização dos Encontros Feministas, e a presença nestes Encontros de mulheres vinculadas ao movimento popular e sindical, cumpre um papel importante de troca de experiências, de vivências, de contato direto com as experiências de caráter feminista, contribuindo para a incorporação do feminismo pelos setores do movimento sindical e popular. Embora estes Encontros não tenham se proposto a ser fóruns de articulação organizada do movimento, têm possibilitado um crescimento da consciência da necessidade da organização e estruturação do movimento.

Em várias situações, no último período tem se manifestado uma dinâmica que aponta uma retomada do processo de mobilização massivo das mulheres. Seja pelas iniciativas de organização no campo sindical, seja em atividades do movimento autônomo. A manifestação do 8 de março de 1988, por exemplo, demonstrou em várias cidades um aumento significativo das possibilidades de mobilização atuais do movimento. Em Minas Gerais, Rio Grande do Sul ou São Paulo, o número de mulheres que participou das manifestações centralizadas foi maior que nos anos anteriores. Em São Paulo, por exemplo, a passeata realizada no centro da cidade reuniu mais de 5 mil mulheres, número bastante superior à participação nas várias manifestações de caráter político geral realizadas no primeiro semestre do ano em São Paulo, inclusive o 1º de Maio.

Mas de maneira geral ainda permanece a debilidade fundamental de inexistirem formas de centralização que possibilitem uma atuação conjunta dos diferentes setores do movimento de mulheres. Nem mesmo coordenações de lutas específicas se construíram no último período, permanecendo uma influência de uma visão autonomista que começa lentamente a ser superada. Esta situação é também reflexo da ausência de um setor de vanguarda do movimento articulado em torno de um projeto comum de construção, capaz de dirigir o processo de estruturação orgânica do movimento.

#### 4. As forças presentes e sua orientação

A delimitação dos dois grandes campos que polarizam as organizações de mulheres, o campo influenciado pelo PT e o campo influenciado pela política da transição burguesa, passa hoje por algumas transformações importantes.

O setor influenciado pelo PCB passa por um processo de desarticulação, mantendo uma presença apenas eventual em algumas atividades. Sua política tradicional é de valorizar os aspectos superestruturais da opressão das mulheres e sua atuação, portanto, tem se centrado no apoio à luta pelo direito de cidadania.

A atuação das feministas peemedebistas está praticamente concentrada nos Conselhos de Condição Feminina. Não há setores expressivos organizados dentro do movimento autônomo. Embora mantenham, individualmente, presença em grandes eventos feministas do tipo Encontros Nacionais, exceto como representantes dos Conselhos, sua presença é praticamente nula.

No campo do PC do B, a evolução do trabalho de um setor de mulheres provocou conflitos internos no partido, forçando finalmente a saída de parte das principais dirigentes do trabalho de mulheres. O trabalho deste setor de mulheres do PC do B no período anterior evoluiu tanto do ponto de vista de sua intervenção no movimento quanto no desenvolvimento de suas posturas frente à questão específica das mulheres, um avanço no sentido feminista. As Uniões de Mulheres, trabalhando basicamente com setores proletários, desenvolvem uma política de organização das mulheres, abordando diferentes aspectos de sua opressão, e centrando seu processo de mobilização em torno das questões de condições de trabalho e creches. Não se limitam, entretanto, a estas questões, tomando iniciativas mesmo em pontos que podem entrar em conflito com sua presença dentro dos Conselhos Estaduais, como o caso do aborto. Há uma evolução que supera o aspecto mais economicista do seu trabalho anterior e em vários casos é o setor que desenvolve mobilizações e luta conjuntas mais frequentemente com o campo polarizado pelo PT. Mesmo a mudança de postura desses setores frente à "Nova República", no sentido de uma posição mais crítica, tem facilitado a relação política mais constante. Onde estão nos Conselhos, os setores influenciados pelo PC do B são em geral uma força bem ativa, aproveitando a estrutura do Estado para a construção de sua posição no movimento mas também no sentido de facilitar apoio estrutural para atividades das mulheres — elemento, entretanto, em que tem pouco poder de decisão.

A saída do grupo mais feminista do PC do B, no entanto, deve recolocar uma certa retomada nos velhos moldes do trabalho dirigido pelas militantes que permaneceram no partido.

Há um amplo setor do movimento de mulheres que desenvolve uma identidade genérica com o PT, e que é polarizado pelos setores mais combativos do movimento dos trabalhadores. Neste campo coexistem os mais diferentes tipos de organizações de mulheres. Mesmo a identidade com o PT não corresponde a uma compreensão comum do papel do partido no movimento ou a uma aceitação da legitimidade e necessidade da organização partidária. Muitas vezes é no con-



fronto com os setores identificados com o PMDB, com os Conselhos ou com setores do PC do B e da CGT que se manifesta a necessidade de diferenciação política geral.

Desde 1982, com o processo de transição da "Nova República", os diferentes setores do movimento de mulheres não podem mais pretender ficar à margem de uma maior identidade político-partidária. A política burguesa, a formação dos Conselhos pressionam no sentido de institucionalização do movimento, e encontram eco mesmo em setores que tenderiam a construir uma identidade com o campo do movimento combativo, em função da sua visão feminista. No entanto, o campo das feministas independentes, em grande parte devido ao seu distanciamento da organização das mulheres nos setores populares, acaba sendo um campo privilegiado para as iniciativas de cooptação e institucionalização do movimento. A debilidade da incorporação do feminismo pelo PT e pelos setores organizados na CUT fragiliza a construção de uma identidade do setor das feministas independentes com o campo combativo do movimento dos trabalhadores.

### 5 — Reivindicações fundamentais: plataforma básica do movimento

O acúmulo político do movimento de mulheres, no seu desenvolvimento recente na última década, concretizou de forma mais ou menos sólida nos diferentes setores a constituição de uma plataforma básica que tem se mantido constante. É basicamente em torno dessas reivindicações que o movimento tem se organizado. Os pontos centrais são:

— saúde — atendimento integral à saúde da mulher, acesso aos métodos anti-concepcionais, com atendimento médico; fim da intervenção do governo e das entidades privadas de planejamento familiar sobre a escolha reprodutiva das mulheres;

— aborto — legalização do aborto que deverá ser realizado através da rede de saúde pública;

— creche — construção e manutenção das creches pelo Estado e pelos patrões com o controle de seu funcionamento pelos pais; creches nos locais de trabalho e moradia;

— violência — combate a todas as manifestações de violência contra a mulher e desenvolvimento de medidas que ataquem suas causas estruturais; proteção e assistência às mulheres vítimas de violência;

— trabalho — fim das discriminações de contratação e salário; combate a opressão e violência nas fábricas; creche no local de trabalho;

— melhoria das condições de vida da população com desenvolvimento de programas específicos para a população carente (centradas principalmente na questão da alimentação);

— outras reivindicações — educação sexual nas escolas, fim da discriminação nos livros didáticos e meios de comunicação, lavanderias e restaurantes coletivos, etc.

## V — A luta das mulheres e o movimento sindical

Um elemento essencial para a construção de um movimento de mulheres autônomo, forte, capaz de garantir hoje que as reivindicações das mulheres estejam presentes na luta do proletariado e que o fim da dominação patriarcal seja parte integrante do projeto socialista dos trabalhadores é seu processo de organização dentro do setor mais organizado dos trabalhadores brasileiros — dentro do movimento sindical. Uma efetiva implantação do feminismo no horizonte político do proletariado exige o seu enraizamento na espinha dorsal do movimento de massas do país.

O único elemento que pode garantir o desenvolvimento do processo de libertação das mulheres, no bojo da luta pelos interesses históricos do proletariado, é a organização própria das mulheres e sua capacitação como dirigentes de sua própria luta. Sua entrada no mercado de trabalho não lhe garantiu a "igualdade proletária" da exploração de classes mas, ao invés disso, combinou essa exploração com o domínio milenar do patriarcalismo, com a dominação de sexo reprodutiva cotidianamente não apenas por ação direta do capital ou de seus representantes, mas também pelas mãos dos seus próprios companheiros de classe. Por essa razão, a sua organização autônoma exige também que se organizem por dentro do movimento específico dos trabalhadores.

### 1. A situação das mulheres no proletariado

As mulheres representam quase um terço do proletariado ativo, colocando-se entre os setores mais marginalizados e explorados pelo capitalismo. A utilização de forma específica da força de trabalho feminina, assalariada, tem-se constituído em uma das principais estratégias para segmentar e enfraquecer a resistência dos trabalhadores. A integração das mulheres no processo político e organizativo do proletariado é condição fundamental para a construção da unidade da classe trabalhadora. Para isso, é necessário que o movimento dos trabalhadores compreenda que as mulheres, enquanto um setor que possui uma relação diferenciada com o capital, têm problemas e reivindicações específicas, que conseqüentemente exigem políticas e formas organizativas específicas. Além disso, o proletariado como dirigente das lutas de todos os setores oprimidos, deve contemplar a luta das mulheres, denunciando todos os aspectos de sua opressão e exploração como um dos pilares fundamentais de sustentação do capitalismo, pelo papel econômico e ideológico que cumpre.

As mulheres trabalhadoras (operárias e dos setores de serviços) reúnem potencial de vanguarda na construção do movimento de mulheres, pois são previamente concentradas pelo capital e vivem cotidianamente a articulação da opressão de gênero com a exploração de classe. Se isso cria as condições objetivas para uma politização mais rápida e mais profunda, no entanto, isso tem dificuldades de se concretizar pela existência de diversas barreiras.

### 2. A participação política

#### a) Problemas para a militância das mulheres no movimento sindical.

Em função da opressão específica ligada ao papel que lhes é atribuído pela so-



cidade, as mulheres possuem maiores dificuldades para começar a participar do movimento. Um dos fatores principais é que sobre as mulheres recai toda a responsabilidade do trabalho doméstico e cuidado com os filhos, sendo obrigada a realizar uma dupla jornada de trabalho. Esta situação é assegurada por uma divisão sexual de papéis, onde a mulher é educada dentro da visão de que cuidar da casa e dos filhos é seu papel fundamental. Desde cedo, a educação é diferenciada, induzindo as mulheres a serem dóceis, frágeis, delicadas, enquanto que o homem deve ser forte, seguro e agressivo; e portanto, a participação política é colocada como atividade tipicamente masculina. Por outro lado, a participação política dificulta o cumprimento da dupla jornada e do papel tradicional da mulher. Nesse sentido, a opção pela militância, ainda que eventual, exige um rompimento mais profundo com a família e os valores que lhe são inculcados. Até por isso percebemos uma maior participação das mulheres solteiras na vida sindical. Um outro fator é o nível de violência sofrido pelas mulheres, o que lhes dificulta até mesmo a participação em reuniões, em função do seu horário ou local.

Por outro lado, os sindicatos e demais entidades da classe trabalhadora sempre foram, desde as suas origens, espaços predominantemente masculinos, o que representa uma forma de inibição à participação feminina. Até há pouco tempo para as mulheres que participavam do movimento sindical, sua auto afirmação e respeito político por parte dos companheiros significavam a negação de seus problemas específicos, identificando-se com comportamentos masculinos. Isso se transformava numa resistência para entender e trabalhar as questões específicas das mulheres. Hoje, com o avanço da discussão sobre a opressão das mulheres e o início de sua organização no movimento sindical, já se começa a perceber uma mudança dessa situação.

Essas dificuldades, entretanto, apesar de diminuírem a capacidade militante das mulheres, do ponto de vista da construção de uma militância cotidiana, não conseguem barrar sua participação nos momentos de lutas das categorias. Neste aspecto, a participação das mulheres tem sido ampla e significativa, em greves, mobilizações salariais, mas não se reverte em participação nas organizações sindicais.

No setor terciário existem várias categorias que tiveram um amplo processo de mobilização no último período, e que são compostas majoritariamente por mulheres, como por exemplo: previdenciários, servidores públicos estaduais, municipais e professores.

Nas categorias operárias as mulheres têm estado presentes nos momentos de grandes mobilizações como greves, campanhas e nas atividades do sindicato como assembléias, seminários, etc. Mas esta participação não se torna permanente e não reverte para as instâncias organizativas e de direção, uma vez que têm dificuldade de superar suas dificuldades específicas e não existem iniciativas das direções sindicais para enfrentar estes problemas.

Também as trabalhadoras rurais tem se mobilizado amplamente, tanto nas lutas trabalhistas como pela posse da terra.

No trabalho específico com a questão da mulher, estes três setores apresentam diferenças significativas:

— No setor operário as mulheres respondem positivamente à necessidade deste trabalho, mas o nível de mobilização e organização é ainda muito incipiente, não existindo ainda uma implantação na base.

— As categorias chamadas femininas, em geral setores médios, é onde tem-se apresentado maior dificuldade de organização específica, na medida em que por sua composição é mais difícil fazer emergir a opressão específica, até mesmo porque ela manifesta-se na própria devalorização destas categorias.

— No caso das trabalhadoras rurais tem havido um processo de organização específica mais massiva e permanente, com um peso grande das reivindicações de direitos trabalhistas.

#### b) Dificuldades de assimilação da luta das mulheres pelo movimento sindical

A primeira dificuldade à assimilação da necessidade de organização específica das mulheres é o baixo nível de compreensão das diretorias sindicais e das direções da CUT e da vanguarda do movimento, em geral, em relação a esse trabalho, que se mescla com um alto grau de preconceito contra o feminismo. O trabalho é visto no máximo de forma utilitarista, apenas como uma forma de trazer-las para o trabalho geral do sindicato. Tanto que, mesmo nos sindicatos onde existem Comissões de Mulheres, quase nunca as atividades do trabalho de mulheres são priorizadas ou até mesmo levadas em consideração quando se planejam as atividades gerais. Uma outra demonstração dessa pouca clareza é que mesmo nestas condições há uma cobrança permanente dos frutos imediatos, sem compreender que o estágio é de formação do movimento e, por outro lado, há uma tensão constante sobre as militantes que começam a priorizar este trabalho, no sentido de puxá-las para outras atividades.

Um outro fator que dificulta a participação das mulheres é o comportamento machista generalizado dos militantes homens. Para as militantes que vão ter a sua primeira experiência política neste ambiente, o choque com as cantadas constantes, a linguagem machista, o desrespeito, o acossamento, tem um efeito extremamente negativo, que não só afasta um bom número de mulheres do sindicato, mas torna-se um empecilho a mais para o desenvolvimento de sua consciência política e como mulheres, de sua consciência feminista.

O movimento sindical em geral ainda tem sua forma organizativa ligada à estrutura sindical extremamente autoritária, com a prática política acompanhando esse autoritarismo das estruturas.

Esta prática reflete também a forma de compreensão política, ainda muito marcada pela reprodução de relações de poder hierarquizadas, construção do personalismo, de não coletivização das decisões, prática que dificulta o crescimento político das mulheres, que têm maior dificuldade de intervenção em espaços públicos e enfrentam este modelo de disputa política.

A militância, marcada por um grande ativismo, torna-se muitas vezes contraditória com a dupla jornada das mulheres, o que é agravado pela inexistência de políticas específicas que facilitem a participação feminina: horário de reuniões, local para as crianças em algumas atividades.



### c) A trabalhadora rural

A situação da trabalhadora rural é de maior discriminação do que a maioria das trabalhadoras urbanas, em relação à família, direitos trabalhistas e condições de trabalho. No campo a trabalhadora ainda não tem sua profissão reconhecida e a contratação em vários lugares é por unidade familiar, o que acarreta uma maior dependência e subordinação das mulheres. Sua luta principal, até agora, tem sido a do reconhecimento da profissão e direitos previdenciários. Esta bandeira unificou o conjunto das trabalhadoras rurais, facilitando por isso o desenvolvimento do seu potencial de mobilização de massa.

No trabalho rural os valores religiosos são ainda mais arraigados e o peso da Igreja na organização e direção dificulta o desenvolvimento de outras questões específicas e desenvolve a visão de que não há diferenciação de opressão entre homens e mulheres, o que não justificaria lutas específicas das mulheres.

Acrescenta-se a isso uma tendência divisionista manifestada inclusive dentro dos setores ligados à CUT, resistindo a se organizar unitariamente com os outros setores sindicais.

### 3. Principais lutas

As bandeiras existentes até agora no trabalho sindical com mulheres são bastante diferenciadas, dissimuladas, difíceis de mobilizar, por aparecerem isoladas nos locais de trabalho, como por exemplo o problema de registro em carteira, funções. Mesmo uma bandeira tradicional dentro da questão Mulher e Trabalho como salário igual para trabalho igual, é difícil de se concretizar, pois vem sempre parcializada, desligada de várias outras questões necessárias para seu encaminhamento, como por exemplo a existência de vários níveis salariais, o fato das mulheres não terem acesso à promoção e qualificação, a inexistência de salário mínimo unificado, enfim todos os recursos que os patrões têm hoje para aumentar as diferenças salariais no interior da classe trabalhadora.

Outro problema decisivo se relaciona com o tipo de opressão que as mulheres trabalhadoras sofrem. As formas que esta opressão assume são difíceis de perceber porque se localizam no cotidiano: nos ritmos de trabalho, nas relações com a chefia, no controle de toda a atividade durante o horário de trabalho. É o caso das cantadas dos chefes, das proibições e controle das idas ao banheiro, das proibições de conversar, de arregaçar as mangas do avental, de fumar, etc.

Todas estas formas de opressão precisam ser, antes de mais nada, desvendadas, postas à mostra, já que são consideradas "naturais" e permanecem invisíveis, escondidas nas relações cotidianas das trabalhadoras com os chefes e com os colegas de trabalho. Essa questão nos remete diretamente à necessidade do trabalho de base, do enfrentamento a nível de cada local de trabalho e de cada categoria, levando em conta as formas diversas que a opressão das mulheres assume em cada uma. O fato é que todos esses problemas dificultam a unificação de bandeiras, um elemento fundamental para a perspectiva de lutas conjuntas que possibilitem uma maior mobilização. Daí a necessidade de se ter uma bandeira que possa ser geral e com possibilidade de organização concreta. Isso

coloca a importância de se trabalhar a bandeira de creche como uma possibilidade de unificação.

O primeiro processo a ser desenvolvido na campanha por creches é a conscientização das mulheres de que a creche é um direito. Isso delimita a importância de se desenvolver um período de propaganda em relação a esta bandeira como um direito dos pais e da criança, que devem fazer parte de um projeto amplo de educação sobre a responsabilidade do Estado, como também faz parte das reivindicações melhores condições de vida dos trabalhadores. A bandeira da creche permite também trabalhar a questão do trabalho doméstico em relação à responsabilidade das mulheres com a educação dos filhos e as contradições do seu papel na sociedade. Por outro lado, é uma bandeira aprovada no Congresso Nacional da CUT o que já lhe coloca um peso e uma maior possibilidade de ser encampada por várias categorias. Ao mesmo tempo, com as mudanças na Constituição sobre o direito de creches, abre-se um campo maior de lutas.

### 4. Organização das mulheres dentro do movimento sindical

Para trabalhar as questões específicas das mulheres é necessário ter estruturas próprias de organização. Em um estágio ainda inicial têm se desenvolvido duas formas de organização: as comissões de mulheres no interior dos sindicatos, que são estruturas vinculadas às diretorias, ou a formação de grupos de mulheres trabalhadoras de uma ou várias categorias.

A estrutura de *comissão de mulheres* que já vem sendo desenvolvidas pela CUT e em alguns sindicatos pode dar conta a nível dos sindicatos da necessidade de mecanismos que impulsionem a organização das mulheres. Consideramos positivo sua homogeneização nos sindicatos ligados à CUT, como comissões e não departamentos. As comissões de mulheres devem priorizar a aglutinação e organização das mulheres da categoria, o acompanhamento dos processos de denúncias e lutas no local de trabalho e a formação política das militantes mulheres mais destacadas. A prioridade da intervenção das comissões é, portanto, o trabalho *com as mulheres*.

Para a CUT, defendemos que exista uma estrutura correspondente à secretaria, no sentido de ter poder de implementação de proposta, verba própria e autonomia para encaminhamento das atividades. Ressaltamos a importância do trabalho intersindical, articulando várias categorias, o que facilita o processo de formação de uma vanguarda do trabalho de mulheres no setor sindical.

Estes níveis de organização, internos ao movimento sindical, subordinados à sua dinâmica, não suprem entretanto a necessidade de organização das trabalhadoras como mulheres. Nesse sentido, também o seu vínculo permanente com o movimento autônomo de mulheres é decisivo.

Assim é fundamental o fortalecimento das comissões de mulheres nos vários níveis da CUT. A garantia do seu funcionamento, a realização de encontros, de atividades de formação, a organização e assistência por parte das comissões de mulheres da CUT às comissões de mulheres dos sindicatos, é o que permitirá que as comissões se construam como referências internas.



## 5. Relação com os outros setores do movimento de mulheres

A organização das mulheres trabalhadoras em suas instâncias específicas dentro do movimento sindical não pode significar o seu isolamento do restante do movimento de mulheres. São parte do movimento, e do ponto de vista tanto da constituição de sua base de massas quanto de sua direção é fundamental que participem dos fóruns unitários, coordenações ou atividades conjuntas organizadas pelos diferentes setores do movimento. No estágio atual do desenvolvimento da organização sindical este vínculo cabe essencialmente às comissões de mulheres da CUT e dos sindicatos. Sua presença nos fóruns do movimento autônomo reforça o vínculo do movimento de mulheres com a luta geral dos trabalhadores, possibilitando, neste aspecto também um aumento do nível político do movimento de mulheres. Por outro lado, a relação com o movimento autônomo é fundamental para o desenvolvimento do feminismo dentro do movimento sindical e abre o espaço político para a mobilização das mulheres trabalhadoras em reivindicações específicas das mulheres que ainda não são encampadas pelo movimento sindical.

A estrutura específica do trabalho de mulheres no movimento sindical, tanto do ponto de vista de sua organização quanto em relação aos seus aparelhos, não pode significar uma sobreposição do trabalho de mulheres no movimento sindical em relação ao movimento autônomo. A CUT e os sindicatos podem contribuir através de suas estruturas para o fortalecimento da organização do movimento de mulheres; mas isto, no entanto, não pode assumir o caráter de trabalho em separado passando por cima das estruturas do movimento. O encaminhamento de lutas conjuntas, o respeito pelas comemorações e campanhas como propostas de todas as mulheres, e não apenas das mulheres organizadas pelo movimento sindical, é essencial para a construção de um movimento autônomo de mulheres, massivo e unitário.

## VI — A política do PT para o movimento de mulheres

### 1. Um pólo de identificação dos setores mais combativos do movimento

No processo de desarticulação do movimento, a identidade com o PT tem sido não apenas uma referência política geral, mas também um pólo de articulação de algumas lutas. Essa identificação não tem correspondência do ponto de vista da organização mais unificada do movimento, mas também se deve à descentralização do partido e à ausência de definição de uma linha específica para o movimento de mulheres.

Essa articulação abarca o campo classista do movimento que se identifica com uma perspectiva geral de integrar a luta das mulheres com a luta pelo socialismo, como parte de uma identificação entre os objetivos dos explorados e oprimidos.

Por outro lado, é ainda reduzido a poucos setores uma compreensão mais profunda do caráter específico da opressão das mulheres, o papel que cumpre na manutenção da sociedade de classes e que só em uma sociedade socialista as mu-

lheres terão consolidadas as bases objetivas para lutar por sua total emancipação.

A implantação significativa do PT no movimento popular facilita a relação com este setor que é onde o movimento de mulheres tem sua base maior e mais organizada. Isso possibilita um aprofundamento da intervenção petista neste setor, politizando e aumentando a capacidade de mobilização e massificação do movimento; a existência deste pólo já identificado com a política petista cria condições para que a intervenção do partido seja de direção, que busque a hegemonia do proletariado e que o movimento assuma até as últimas conseqüências o potencial revolucionário da luta feminista.

### 2. A assimilação da luta das mulheres pelo PT

O PT representa hoje, de maneira geral, um campo mais favorável à incorporação da luta das mulheres do que os setores do movimento sindical combativo, embora os avanços até agora conseguidos no partido sejam muito pequenos. Em parte devido à sua composição e à necessidade de responder à ofensiva da burguesia em todos os aspectos, o partido tem se mostrado mais aberto à compreensão da necessidade de organização específica das mulheres e mesmo à incorporação de alguns aspectos do feminismo. Isto ocorre também devido a uma tradição maior de organização das mulheres dentro do partido, impulsionadas a princípio por setores abertamente feministas e com tradição de luta no movimento. Permanecem, entretanto, alguns elementos importantes que têm peso negativo na assimilação do feminismo pelo PT.

A igreja tem tido um peso determinante no atraso de um processo de definições políticas em questões com forte componente ideológico, como por exemplo a questão do aborto. Também entre os setores sindicalistas, é predominante uma visão economicista e de integração acessória e instrumental da luta das mulheres à luta geral da classe.

A tradição dos setores de esquerda é em geral negativa ou extremamente limitada, por não compreender que o caráter específico e potencialmente revolucionário do movimento de mulheres é a luta contra a opressão específica, contra a função e lugar que ocupam na reprodução da sociedade capitalista, em particular na reprodução da força de trabalho. E neste caso as correntes também, no geral, pouco desenvolveram em termos de elaboração política e menos ainda em termos de intervenção para a construção do movimento.

Além disso, permanece uma incompreensão geral da necessidade de construção de um movimento autônomo e que a organização das mulheres tem que se dar também a nível dos outros movimentos, o que demonstra a dificuldade de entenderem o caráter específico da opressão das mulheres. É comum uma compreensão sectária de defender a luta apenas contra a discriminação da mulher trabalhadora, decorrente de uma visão economicista que reduz a opressão das mulheres à exploração de classe. Uma outra visão também presente, é a transposição da questão apenas para o campo ideológico, limitando a resolução da opressão das mulheres à uma mudança dos costumes e dos valores, neste caso não enfatizando a necessidade das mudanças estruturais que ataquem as raízes da opressão das mulheres, modificadas e apropriadas pelo capitalismo.



O desafio que se coloca para o PT é a incorporação pelo partido não apenas da ideologia feminista, mas da necessidade de ter uma atuação efetiva no processo de construção do movimento de mulheres. O processo de organização das mulheres dentro do partido é um elemento essencial para que o PT de fato assimile o feminismo e incorpore no seu cotidiano a luta contra a discriminação das mulheres. Mas o processo de transformação ideológica do partido depende também de uma luta política que pressupõe um crescimento da participação das mulheres nos seus diferentes fóruns de direção. Na medida em que o partido avança em suas definições programáticas é imprescindível que avance como dirigente do conjunto dos setores oprimidos de nossa sociedade, entendendo o papel da luta feminista para a sua transformação.

A identidade das mulheres organizadas no movimento com o PT se aprofundará à medida em que o partido se colocar como defensor intransigente de sua luta e tenha como parte integrante de sua proposta socialista uma sociedade onde a opressão das mulheres seja de fato eliminada.

A atuação política da DS como uma tendência do PT tem se marcado pelo investimento político no avanço das definições do partido em relação à luta das mulheres e no processo de organização das mulheres no PT, considerando que o avanço do partido neste aspecto pode contribuir de forma decisiva para o avanço do movimento de mulheres no Brasil.

### 3. A organização das mulheres no PT

A organização das mulheres dentro do partido, basicamente as comissões de mulheres, devem funcionar como um centro de articulação e organização das militantes petistas que atuam no movimento e como um centro de sua formação política feminista. Neste sentido a tarefa central do próximo período é a elaboração da linha política do partido para intervenção no movimento de mulheres e a definição da plataforma feminista que oriente não apenas a intervenção das militantes no movimento de mulheres mas a intervenção política geral do partido. A articulação de uma corrente petista no movimento pressupõe um processo de organização a nível nacional que unifique a intervenção das militantes em torno de propostas políticas que avancem o processo de organização e mobilização do movimento.

O avanço do partido no sentido de incorporar a luta das mulheres em todos os seus aspectos depende de uma atuação permanente das comissões de mulheres no processo de discussão política interna, junto às direções e através dos processos de elaboração de linha política e programas (convenções). Este processo é fundamental para que o partido tenha uma posição decidida na defesa do feminismo.

### 4. Relação do PT com a política do Estado frente às mulheres

Até agora o PT não desenvolveu uma discussão global sobre a política do Estado e da burguesia frente às mulheres. A situação atual é de respostas diferenciadas nos estados e a ausência de uma definição nacional. Em função disso, em vários locais, e mesmo a nível nacional, há militantes petistas participando

dos conselhos, em geral em posição secundária, e sem condições, até mesmo, de influenciar na definição de sua política. Essa situação significa de certa forma uma legitimação passiva do PT à política do Estado, embora não sendo fruto de uma posição oficial do partido. É dentro da política geral do PT de recusa à participação na gestão do Estado burguês que devemos discutir a atuação frente aos Conselhos.

Por outro lado, no caso dos governos petistas, o partido não pode se omitir na definição de políticas específicas em relação às mulheres. Isso não se reduz apenas ao atendimento dos pontos da plataforma básica do movimento, garantindo que as reivindicações das mulheres estejam dentro do plano de prioridade do governo petista, mas também a definição de órgãos específicos para implementação de uma política sistemática em relação às mulheres. A implementação de estruturas específicas nos governos petistas deve, naturalmente ter o cuidado permanente de preservar autonomia do movimento.

## VII — A construção de um movimento de mulheres autônomo, massivo, feminista e socialista.

### 1. A articulação do movimento

Superar o processo de dispersão do movimento é hoje a tarefa fundamental. Ainda que não estejam colocadas as possibilidades imediatas de construção de entidades centralizadas a nível geral, a necessidade de articulação do movimento em processos unitários corresponde hoje não apenas a uma necessidade política, mas uma possibilidade real em algumas regiões, e mesmo do ponto de vista nacional tem sido desenvolvidas algumas iniciativas que apontam para a construção de formas de articulação permanente. Este processo, entretanto, só pode ser construído em torno a uma plataforma de lutas geradora de campanhas de mobilização de massa. A reconstrução de uma vanguarda unificada politicamente através de eixos políticos é hoje um elemento essencial para impulsionar o processo de rearticulação do movimento.

Neste processo, um elemento fundamental é a construção de entidades de mulheres que tenham um caráter de massa, buscando aglutinar as mulheres em torno de suas reivindicações específicas. A construção dessas entidades, com orientação feminista, é um elemento essencial na organização de sua base própria, que avance na sua constituição como um movimento massivo, de caráter feminista.

Para se atingir este objetivo, uma tarefa imediata é articular o setor do movimento identificado com o campo do PT e da CUT, essencial para a hegemonia das posições mais combativas do movimento autônomo de mulheres (ressaltando, porém, que a relação com o PT e a CUT não é de subordinação orgânica, mas de identidade quanto à posição política frente à conjuntura e com um projeto de socialismo).

A perspectiva de construção de uma entidade autônoma passa hoje por processos de construção de coordenações de luta unitária que englobem os diferentes setores políticos do movimento. Ao mesmo tempo é essencial reforçar a iden-



tidade política e a capacidade de intervenção do nosso campo através da estruturação de uma corrente com algum nível de formalização.

No entanto, ainda não existem fóruns de organização e articulação, sejam amplos e unitários ou do campo identificado com o PT.

Os Encontros Feministas cumprem hoje um papel importante como um momento de troca de experiências, possibilitando mesclar o feminismo com diferentes setores do movimento. As oficinas e experiências de auto-conhecimento existentes nestes Encontros são fundamentais para o avanço da consciência feminista das mulheres. São limitados para cumprir um papel de articulador na medida em que não são fóruns para encaminhamento de campanhas ou de organizar a intervenção.

O processo de articulação do movimento passa hoje pela reorganização de sua vanguarda em coordenações permanentes que possam impulsionar a definição e encaminhamento de uma plataforma de lutas e campanhas.

## 2. A construção da vanguarda

A construção de uma nova vanguarda para o movimento que resgate o acúmulo político desenvolvido pelos grupos feministas se inicia através da articulação entre feministas independentes, as militantes feministas de partidos políticos (no fundamental petistas), com as direções do setor popular do movimento e em alguns casos de setores do movimento sindical que vêm desenvolvendo uma compreensão mais clara do caráter da luta pela libertação das mulheres, no seu contato com setores feministas do PT e com os fóruns do movimento feminista.

Este processo é inicial, mas tem um potencial de desenvolvimento grande, em razão da grande vinculação com os setores de massa do movimento, porém com uma debilidade de formação feminista. É muito importante suprir esta debilidade, ter uma política sistemática de formação feminista dentro do PT, no movimento sindical e popular, e através do movimento autônomo de mulheres.

Os Encontros Feministas são importantes para a propaganda do feminismo e uma integração, mesmo que às vezes com conflitos, entre os diferentes setores do movimento.

## 3. O processo de organização de base do movimento

A nível das reivindicações específicas do movimento de mulheres, ainda é o setor do movimento popular que se mobiliza massivamente e que tem constituído a base fundamental do movimento, sendo essencial investir na sua construção. E hoje, uma vez que se pode detectar uma certa diminuição da intervenção direta da Igreja na organização específica das mulheres, abre-se um espaço maior para o desenvolvimento político do movimento de mulheres, na medida em que aumenta a condição de compreensão da opressão específica.

Tem havido também uma combinação maior dos processos de lutas ligados às condições de vida e alguns aspectos da luta específica. No caso da luta por me-

lhores condições de saúde, por exemplo, aparece principalmente nos grandes centros urbanos a reivindicação de assistência integral à saúde das mulheres.

Da mesma forma, no caso das trabalhadoras rurais, as reivindicações de direitos trabalhistas são vinculadas à discriminação específica. No caso do movimento sindical, o processo de organização de base é ainda inicial, de identificação das mulheres com seus espaços e questões específicas no movimento sindical.

## 4. A construção de uma plataforma de luta e mobilização

A plataforma básica construída pelo movimento até agora inclui as principais reivindicações das mulheres, sendo portanto bastante extensa e, devido à dispersão do movimento, não se elegeu prioridades para centrar força num determinado período, dificultando a unificação.

Um elemento essencial para a unificação e estruturação do movimento é a construção de uma plataforma de lutas com objetivos específicos, que permitam conquistas e articulem processos de mobilização localizados e unitários. Para isso, é necessário priorizar bandeiras que tenham maiores condições de mobilização com campanhas unitárias.

Essa priorização, construída num processo, deve possibilitar o estabelecimento de um calendário para o movimento, que facilite a organização de campanhas e grandes mobilizações.

Hoje a única data que o conjunto do movimento celebra, das mais variadas formas, é o 8 de março — Dia Internacional das Mulheres.

Os eixos de luta que se apresentam hoje como prioritários para o desenvolvimento de campanhas são:

- Saúde: reivindicação de assistência integral à saúde da mulher, através da rede básica de saúde pública, com acesso a todos os métodos anticoncepcionais, que permitam às mulheres a decisão individual e consciente sobre o planejamento familiar. Isso se insere em uma necessidade de mudança da visão de saúde global e da determinação social dos papéis e vivências sociais e psíquicas, o que pressupõe uma reestruturação do modelo assistencial. No próximo período, merece destaque a questão da legalização do aborto.

- Creche: exigindo que seja definida como uma das prioridades do governo no campo da educação. A reivindicação dirigida ao governo e aos patrões é que sejam instaladas no local de trabalho e moradia, permitindo tanto o desenvolvimento de lutas localizadas, como de uma campanha unitária.

- Violência: centrada na questão de denúncias, tem menor poder de mobilização pela dificuldade de caracterização de reivindicações imediatas. Nesse campo, há dois tipos de reivindicações que já vêm sendo levantadas pelo movimento: a construção de albergues para as mulheres vítimas de violência e mudanças no código penal na caracterização dos crimes contra as mulheres, principalmente a definição do estupro como crime contra a pessoa e não contra os costumes.



• Direitos trabalhistas: discriminação salarial e profissionalização: embora tenha havido um avanço na regulamentação do trabalho das mulheres, ainda há um largo contingente de mulheres que trabalham sem vínculo empregatício e, portanto, sem direitos previdenciários, principalmente as empregadas domésticas e as trabalhadoras rurais. E permanecem as reivindicações de salário igual para trabalho igual e acesso à profissionalização.

## 5. A questão da unidade.

O elemento central é manter a unidade no encaminhamento das lutas e campanhas. Isso pressupõe uma capacidade de articulação e estabelecimento de alguns eixos comuns. Para que isso seja possível, é necessário articular melhor o setor do movimento indetificado com o PT, hoje o mais dinâmico e que faz a ponte entre os setores feministas independentes e outros partidos.

A nível de outros partidos, a maior possibilidade de trabalho unitário têm sido com setores do PC do B, principalmente com o setor que rompeu há pouco tempo, com o qual existe maior possibilidade de aproximação.

Essa unidade só é possível se os outros setores (fora do campo do PT), aceitarem que seja mantida autonomia frente aos Conselhos da Condição Feminina.